



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Estado de Mato Grosso



Processo Nº.	181/219	Data:	06/06/2019
--------------	---------	-------	------------

Nome:

PROCESSO LICITATÓRIO

Histórico:

SOLICITO ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO PARA AQUISICAO DE COMPUTADORES, QUE SERAO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMATICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXARIFADO AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS.

ASSUNTO:



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Estado de Mato Grosso



MEMORANDO N.º 048/2019.

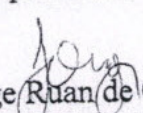
Alta Floresta, em 27 de Maio de 2019.

Do: Jorge Ruan de Oliveira - Departamento de Informática
Para: Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta

Senhor Presidente,

Venho através deste, informar a necessidade da compra de ao menos 6 (seis) microcomputadores para atender a demanda de alguns departamentos Câmara Municipal, tendo em vista a antiguidade dos equipamentos atuais, bem como o não funcionamento de forma correta de alguns. Estes departamentos são: Ouvidoria, Contabilidade, Separ, Aplic, Informática e Geo Obras. Em caso de deferimento da solicitação, auxiliarei o setor de compras quanto a aos requisitos dos mesmos.

Sem mais, subscrevo o presente.


Jorge Ruan de Oliveira
Informática

CÂMARA MUNICIPAL
Recebido 28/05/19
Horas 08h 44m
Secretaria de Administração e Protocolo

Av. Ariosto da Riva, 2349 - Centro - CP 261 - CEP 78.580-000 - Alta Floresta-MT - Fone: (66) 3521-5030/5829 - Fax: 3521-3716





CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Estado de Mato Grosso



MEMORANDO N.º 053/2019.

Alta Floresta, em 05 de junho de 2019.

Do: Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta

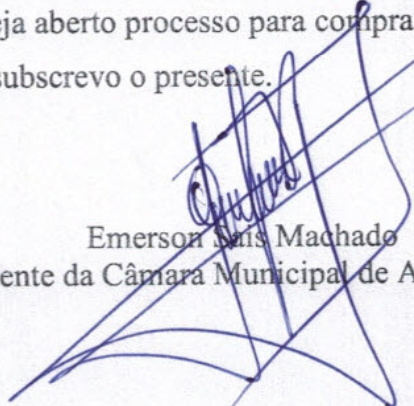
Para: Departamento de Compras

C/C: Departamento de informática

Senhor,

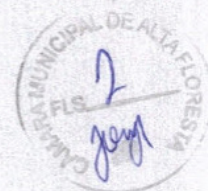
Em resposta e atendimento ao Memorando nº 048/2019 enviado pelo setor de T.I., autorizo e solicito que seja aberto processo para compra do material necessário.

Sem mais, subscrevo o presente.


Emerson Luis Machado
Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta

CÂMARA MUNICIPAL
Recebido 05.06.19
Horas 11h:21 ~
Secretaria de Administração e Protocolo

Av. Ariosto da Riva, 2349 – Centro – CP 261 – CEP 78.580-000 – Alta Floresta-MT – Fone: (66) 3521-5030/5829 – Fax: 3521-3716





CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Estado de Mato Grosso



Ilustríssimo Senhor
Joel Batista da Silva
Departamento de Compras
Nesta

Alta Floresta, 06 de junho de 2019

Prezado Senhor,

Encaminho abaixo levantamento feito junto ao TCE-MT de processos licitatórios homologados cujo objeto é compatível com a necessidade da Câmara Municipal de Alta Floresta, juntamente com uma empresa especializada na área, para que seja elaborada uma Cesta de Preços e o Termo de Referência para realização de processo licitatório para compra:

ITEM TCE - CÓDIGO	15442
DESCRIÇÃO/OBJETO/ IGUAL OU SEMELHANTE	MICROCOMPUTADOR - MICROCOMPUTADOR, COM PROCESSADOR INTEL CORE I5-6400, HARD DISK 1TB, MEMORIA 8GB DDR4 2133MHZ, FONTE 24 PINOS 450W - DRIVE GRAVADOR DVD, MOUSE 800 DPI - TECLADO ABNT USB PRETO COM MONITOR 18,5", WINDOWS 10 PROFISSIONAL, 1 ANO DE DE GARANTIA

MUNICÍPIO	PREGÃO/ORÇAMENTO	HOMOLOGAÇÃO	VALOR	QUANTIDADE
ÁGUA BOA	P. ELETRÔNICO 023/2018	29/09/2018	R\$ 2.787,88	151
COTRIGUAÇU	P. PRESENCIAL 139/2018	09/11/2018	R\$ 3.479,00	20
ALTA FLORESTA	P. PRESENCIAL 036/2018	16/05/2019	R\$ 2.894,50	87
KADRI INFORMATICA	ORÇAMENTO Nº 38339	28/05/2019	R\$ 3.666,70	1

TOTAL R\$ 12.828,08
MEDIA / 4 R\$ 3.207,02

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento, desde já agradecemos a colaboração.

Respeitosamente,


Jorge Ruan de Oliveira
Departamento de Tecnologia da Informação

Jorge Ruan de Oliveira
Agente Administrativo
Matricula 730





ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
C.N.P.J.: 15.359.482/0001-48

AV ARIOSTO DA RIVA
CENTRO
Fone: 06635215030

Nº: 0002349
CEP: 78580000
Fax: 06635215030

Data: 24/06/2019
Hora: 10:49:01
Pág: 001

2ª Via

Solicitação 114/2019 - Atendida

Solicitada em 06/06/2019

Deferida em 07/06/2019

Requerente 570 - EMERSON SAIS MACHADO
Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL
Unidade: 001 - CAMARA MUNICIPAL
Local 4 - GABINETE DA PRESIDENCIA
Utilização SOLICITO ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO PARA AQUISICAO DE COMPUTADORES, QUE SERAO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMATICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXARIFADO AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS.
Dotação 0014 - 01.001.01.031.0001.2001.449052000000 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO LEGISLATIVO Fontes de recurso: 0100000000 - Recursos Ordinários

Seq	Item	Descrição	Unidade	Quantidade Solicitada	Valor Estimado	Valor Total	Quantidade Deferida
001	167648	MICRO COMPUTADOR, PROCESSADOR 4 NUCLEOS, 4THEADS, 3.0GHZ, VIDEO INTEGRADO, CACHE3MB PLATAFORMA DESKTOP, 6GB MEMORIA RAM DDR3/DDR4, 1333MHZ, DISCO RIGIDO 500GB SATA, PLACA MAE COM CONEXAO VGA E HDMI, LAN GIBAT, CONEXAO PCI XPRESS X16, CONEXAO USB TRAS	UNIDADE	6,0000	3.273,4000	19.640,4000	6,0000
Totais				6,0000		19.640,4000	6,0000
Total Geral das Dotações						19.640,4000	

SERGIO LUIZ BRUNCA JUNIOR
SECR. DE DIV. DE COMPRAS

EMERSON SAIS MACHADO
PRESIDENTE





ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

CNPJ: 15.359.482/0001.48

AV ARIOSTO DA RIVA - 0002349 - CENTRO

Telefone (066)3521-5030

Balizamento de Preços

Balizamento: 52

Pedido: 112 - SOLICITO ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO PARA AQUISICAO DE COMPU

Fornecedor: 393 - CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

CNPJ: 015.359.482/0001.48

Endereço: AV. ARIOSTO DA RIVA - CENTRO - ALTA FLORESTA MT

CEP: 78580000

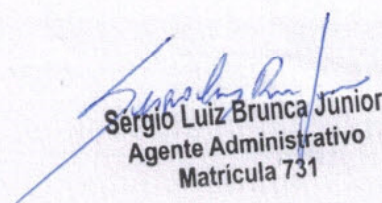
Órgão/Unid: 01.001 - CAMARA MUNICIPAL

Local: 22 - DEPARTAMENTO DE INFORMATICA

Dotação: 0014 - 01.001.01.031.0001.2001.449052000000 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO LEGISLATIVO

Item	Descrição	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
167648	MICRO COMPUTADOR, PROCESSADOR 4 NUCLEOS, 4THEADS, 3.0GHZ, VIDEO INTEGRADO, CACHE3MB PLATAFORMA DESKTOP, 6GB MEMORIA RAM DDR3/DDR4, 1333MHZ, DISCO RIGIDO 500GB SATA, PLACA MAE COM CONEXAO VGA E HDMI, LAN GIBAT, CONEXAO PCI XPRESS X16, CONEXAO USB TRAS	UNIDADE	6,0000	R\$ 3.207,02	R\$ 19.242,12

Total da(s) Dotação(ões):	R\$ 19.242,12
Total do Local:	R\$ 19.242,12
Total do Órgão/Unid.:	R\$ 19.242,12
Total do Fornecedor:	R\$ 19.242,12
Total do Pedido:	R\$ 19.242,12
Total Balizamento:	R\$ 19.242,12
Total Geral:	R\$ 19.242,12


Sergio Luiz Brunca Junior
Agente Administrativo
Matricula 731



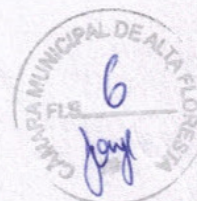
Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

OBJETO: DECLARAÇÃO PARA FINS DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO PARA AQUISICAO DE COMPUTADORES, QUE SERAO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMATICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXARIFADO AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS.

Prezados

A formação do preço Estimado e/ou Balizamento para tal processo deu-se a partir do método de média de valores dos mesmos itens através de Atas de Registros de Preços e Orçamentos em anexo. Respeitando a resolução de Consulta n. 20/2016 - TP (DOC, 26/08/2016) em seu item "2) nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei. Licitação". Aquisições Públicas. Balizamentos de Preços.


Sérgio Luiz Brunca Júnior
Secretário de Divisão de Compras



**ESTADO DE MATO GROSSO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA MT

TRAVESSA ALVARO TEIXEIRA COSTA 50, CANTEIRO CENTRAL, ALTA FLORESTA/MT - Cep: 78580000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2019**PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2018**

Aos 16 dias do mês de Abril de 2019, de um lado o(a) **MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA**, com sede na travessa alvaro teixeira costa, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 15.023.906/0001-07, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal, Sr(a). ASIEL BEZERRA DE ARAUJO**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 3803668-8SSP/PR e inscrito no CPF n.º 086.491.288-90, residente e domiciliado na RUA CASEMIRO DE ABREU, bairro SETOR J nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de ALTA FLORESTA – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA-MT**, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor	CNPJ
GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA-ME	04.911.902/0001-30
Endereço	Nº
AV SÃO SEBASTIÃO	3855
Bairro	
QUILOMBO	
Cidade	CEP
CUIABA/MT	78045000
Representante Legal	CPF
	651.416.441-20
Email	Telefone
GERREIRO315@GMAIL.COM	

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	20196	MICROCOMPUTADOR	UN - UNIDADE	HP	87,00	2.894,5000	251.821,50

Total: 251.821,50

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

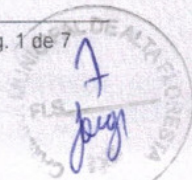
2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Alta Floresta não será obrigado a aquisição ou contratação, exclusivamente por seu intermédio, os materiais ou serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo





ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA MT

TRAVESSA ALVARO TEIXEIRA COSTA 50, CANTEIRO CENTRAL, ALTA FLORESTA/MT - Cep: 78580000

MUNICÍPIO.

- 3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
- 3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA DA CONTRATAÇÃO E DO PRAZO

- 4.1. Os itens registrados neste edital deverão ser fornecidos de forma parcelada conforme a necessidade da Administração Municipal.
- 4.2. A entrega dos itens licitados será conforme a necessidade da secretaria, através de Solicitação, Pedido ou Autorização na quantidade solicitada;
- 4.3. As quantidades de itens registrados somente serão adquiridos ou contratados se houver eventual necessidade das Secretarias da Prefeitura Municipal de Alta Floresta/MT;
- 4.4. As entregas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 10 dias (dez) dias úteis após o repasse do pedido.
- 4.4.1. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Alta Floresta/MT, na Rua Primeiro de Maio, nº 39, Bairro Bom Jesus;
- 4.5. Se houver formalização de contrato o mesmo terá validade de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, acrescido ou suprimido conforme lei 8666/93.
- 4.6. O horário deverá ser previamente agendado e obedecerão as normas internas da unidade;
- 4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

- 5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou fatura a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;
- 5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
- 5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
- 5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;
- 5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
- 5.1.6- Conferir e Fiscalizar a aquisição ou contratação do objeto licitado;

5.2 - Da Detentora da Ata:

- 5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações estabelecidas e com a qualidade exigida;
- 5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;
- 5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;
- 5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços, termo de referência e edital de licitação;
- 5.2.5- As entregas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o repasse do pedido;
- 5.2.6- Substituir, após notificação formal, os equipamentos entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificações, qualidade ou de quantidade.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES

- 6.1 - Os contratos de entrega decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora, ou por formalização de contratos regidos pela Lei 8666/93.
- 6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
- 6.3 - Toda aquisição ou prestação de serviço deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

8
july



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA MT

TRAVESSA ALVARO TEIXEIRA COSTA 50, CANTEIRO CENTRAL, ALTA FLORESTA/MT - Cep: 78580000

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;
- c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;
- e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1- Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos itens, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2- Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3- O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

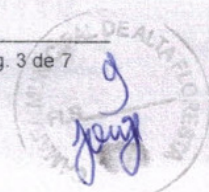
8.4- No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7- Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.





ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA MT

TRAVESSA ALVARO TEIXEIRA COSTA 50, CANTEIRO CENTRAL, ALTA FLORESTA/MT - Cep: 78580000

8.8.1- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9- A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10- Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11- Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto ou prestação de serviço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, ou no e-mail fornecido pela empresa, o juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Município, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

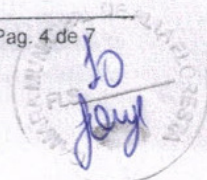
9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As AQUISIÇÕES dos itens, objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO ORÇAMENTO





ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA MT

TRAVESSA ALVARO TEIXEIRA COSTA 50, CANTEIRO CENTRAL, ALTA FLORESTA/MT - Cep: 78580000

11.1 As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no Orçamento Municipal Anual/2018:

Direção de Gestão

Ação: 2013 - ATIVIDADE ADM. DA DIREÇÃO DE GESTÃO

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Código reduzido: 61

Elemento: 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Gabinete do Prefeito

Ação: 2.005- ATIVIDADE ADM. GABINETE DO PREFEITO

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Código reduzido: 12

Elemento: 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria de Assistência Social

Ação: 2026 - ATIVIDADES ADM. DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Código reduzido: 217

Elemento: 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria de Infraestrutura

Ação: 2104 - ATIV. ADM. DA INFRAESTRUTURA

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Código reduzido: 642

Elemento: 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria de Assuntos Estratégicos

Ação: 2020 MANUT. DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Código reduzido: 166

Elemento: 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria Municipal de Saúde

Ação: 2075 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Fonte de recurso: 0.1.02.000000 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE

Código reduzido: 742

Elemento: 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria de Governo

Ação: 2015 - ATIV. ADMINISTRATIVA DA CHEFIA DE GOVERNO

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Código reduzido: 134

Elemento: 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria Municipal de Educação

Ação: 2049 - ATIVIDADES ADM. DA SECRETARIA MUNIC. EDUCAÇÃO

Fonte de recurso: 0.1.01.000000 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

Código reduzido: 382

Elemento: 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de recurso: 0001

Recurso: Banco 1177-0 - C/C 1303-X

Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Ação: 2124 - ATIV. ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

11
juy



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA MT

TRAVESSA ALVARO TEIXEIRA COSTA 50, CANTEIRO CENTRAL, ALTA FLORESTA/MT - Cep: 78580000

Código reduzido: 1055

Elemento: 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria de Esporte, Cultura e Juventude

Ação: 2110 - ATIV. ADM. DE ESPORTE E LAZER

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Código reduzido: 567

Elemento: 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Ação: 2116 - ATIV. ADM. DA DIREÇÃO MEIO AMBIENTE

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Código reduzido: 1012

Elemento: 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria de Contabilidade e Planejamento

Ação: 2009 - MANUTENÇÃO DA CONTADORIA MUNICIPAL

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Código reduzido: 184

Elemento: 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria de Transito, Transporte e Segurança

Ação: 2101 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL/AGENTE DE TRÂNSITO

Fonte de recurso: 0.1.00.000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Código reduzido: 710

Elemento: 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2018 bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito, de maneira virtual (por e-mail), devendo o detentor manter sempre atualizado junto à Administração Pública o endereço do e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização da execução da referida ata de registro de preços será exercida de acordo com indicação da Secretaria solicitante.

14.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

14.2 A contratada obriga-se a cumprir com suas obrigações conforme especificação estabelecida no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DOS ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

15.1 A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

15.2 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos

[Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA MT

TRAVESSA ALVARO TEIXEIRA COSTA 50, CANTEIRO CENTRAL, ALTA FLORESTA/MT - Cep: 78580000

participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018 a proposta da empresa GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA-ME classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

16.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decretos Municipais nº 2227/2006 e nº 3.723/2010 e alterações posteriores, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA DO FORO

17.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTA FLORESTA

ASIEL BEZERRA DE ARAUJO

Prefeito(a) Municipal

GUERREIRO FILHO & CHAVES
LTDA-ME

MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
13
Jorge



OFFICE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Pregão Presencial: 036/2019

Abertura: 11 de Março de 2019 às 08:00 horas.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome de Fantasia: OFFICE ASSESSORIA EM INFORMÁTICA	
Razão Social: GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA – ME	
CNPJ: 04.911.902/0001-30	Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não) SIM
Endereço: Av. São Sebastião nº 3855	
Bairro: QUILOMBO	Cidade: CUIABÁ
CEP: 78.045-000	E-MAIL: guerreiro315@gmail.com
Telefone: 65 3634 5079	Fax: 65 3634 5079
Banco: 001	Conta Bancária: 37.900 X
Nome e nº. da Agência: 4042-8	
Representante: José Maria Rezende da Silva	

MENOR PREÇO POR ITEM

ITEM 05

ITEM	PRODUTO DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	P.UNIT	P. TOTAL
20196	MICROCOMPUTADOR (DESKTOP) Especificação Técnica: Processador com no mínimo 02 (dois) núcleos, 04 Threads, pelo menos 3,7 GHz de frequência (clock), 64 bits, memória cache de 3 MB, litografia máxima: 14nm, TDP: 51W; 8 GB de Memória RAM DDR4 no mínimo 2133 Mhz, (poderão ser 02 pentes de 04 GB); Disco rígido com capacidade de 1 TB de armazenagem, padrão SATA, 7.200 RPM de rotação, Cache 64 MB, Buffer para host: 6Gb/s. Leitor e gravador de CD/DVD – Placa Mãe ATX, Micro ATX ou compatível, com chipset do mesmo fabricante do equipamento ou fabricada em regime de O&M, compatível com a memória e disco rígido solicitados, porta HDMI, com portas USB 3.0, conexão com rede Ethernet, saídas VGA, multimídia (saída para som e entrada para microfone) tanto na parte de trás do gabinete, como na frente, áudio com antirruído,	87	DESKTOP HP PRO A PROCESSADOR AMD RYZEN 3 2200G 8 GB DE MEMORIA HD DE 1 TB GRAVADORA DE DVD TECLADO E MOUSE USB HP SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRÓ	2.894,50	251.821,50

GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA – ME CNPJ Nº 04.911.902/0001-30
Av: São Sebastião, 3855 Bairro: QUILOMBO - Cuiabá – MT Cep: 78.045-000
Fone: (65) 3634-5079 (65) 3634-5079 – 0800-6465079





OFFICE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Pregão Presencial: 036/2019

Abertura: 11 de Março de 2019 às 08:00 horas.

<p>capacitores sólidos, apresentar logotipo do fabricante do microcomputador ao ligar o equipamento;</p> <p>Gabinete tipo Torre, Mini Torre ou SFF compatível com a placa mãe e demais periféricos internos e externos, na cor preta, bordas lisas, ventilação traseira ou lateral com cooler adequado, com duas entradas frontais USB 3.0, entradas áudio e microfone frontais, sistema para cabo antifurto. Fonte de energia chaveada, com tensão nominal de 115/230V, com a capacidade mínima de 300 Watts reais, silencioso, compatível com o equipamento;</p> <p>Teclado USB, padrão ABNT 2, teclas impressas à laser, cor preta, com indicadores (LEDs) de NUM LOCK, CAPS LOCK e SCROLL LOCK;</p> <p>Mouse óptico USB, três botões, com rolagem vertical, cor preta, resolução: 1.000 dpi, dimensões aproximadas: 60x6 mm x 100,6 mm x 33,5 mm;</p> <p>Sistema operacional Windows 10, Professional, 64 bits, em português; Mídia (DVD e/ou pendriver) para permitir a reinstalação de todos os softwares originais. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO-ORIGINAL</p>				
--	--	--	--	--

<p>VALOR TOTAL</p> <p>DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL OITOCENTOS E VINTE UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS.</p>	<p>R\$</p> <p>251.821,50</p>
--	--

1. Nos preços acima apresentados estão contemplados, além dos serviços, todos os custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, contribuições fiscais, retenções legais, e todas as despesas vinculadas ao transporte para entrega, dos equipamentos.
2. Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.
3. Conforme edita
4. A apresentação desta Proposta de Preço indica nossa plena aceitação das condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.



OFFICE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Pregão Presencial: 036/2019

Abertura: 11 de Março de 2019 às 08:00 horas.

Atenciosamente,

Cuiabá-MT, 11 de Abril de 2019.

OFFICE INFORMÁTICA
José Maria Rezende da Silva
RG: 1385140-3 SSP/MT
CPF: 651.416.441-20
Representante legal

DECLARAÇÃO DE GARANTIA E ASSISTENCIA TECNICA

GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA – ME CNPJ Nº 04.911.902/0001-30
Av: São Sebastião, 3855 Bairro: QUILOMBO - Cuiabá – MT Cep: 78.045-000
Fone: (65) 3634-5079 (65) 3634-5079 – 0800-6465079





OFFICE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Pregão Presencial: 036/2019

Abertura: 11 de Março de 2019 às 08:00 horas.

A empresa **GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA – ME**, CNPJ nº **04.911.902/0001-30**, sediada na Av: São Sebastião, nº 3855 – QUILOMBO - CEP: 78045-000 – Cuiabá/MT, em atendimento ao previsto em Edital do Pregão Presencial 036/2019 por intermédio desse documento, DECLARA que:

A Garantia: Conforme Edital.

II – Se Responsabiliza Pela Garantia de Todos os Produtos.

III – A Assistência Técnica Será Prestada pelo próprio fabricante, podendo ser enviada para Empresa Office informática através do endereço: Av: São Sebastião N.3855 – Bairro: QUILOMBO CEP: 78045-000 Cuiabá – MT.

Disponibilizamos central DDG 0800-6465079 e serviço Help-Desk Ativo com abertura de chamados técnicos via telefone.

IV – Declaramos que temos conhecimento e concordamos com todas as cláusulas do edital e seus anexos.

Cuiabá-MT, 11 de Abril de 2019

OFFICE INFORMÁTICA
José Maria Rezende da Silva
RG: 1385140-3 SSP/MT
CPF: 651.416.441-20
Representante legal





LN COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA - CPA 19
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA;2350 - BOSQUE DA SAÚDE
78050-000 - CUIABA MT

Fone: (65)3648-5500 - Fax :
E-mail: kadri@kadri.com.br
Visite nosso Site: www.kadri.com.br

Orçamento nº
38339

CNPJ
01.030.685/0009-39

Inscrição Estadual
13.457.820-1

Dados do Cliente

Razão Social CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA - 280657			C.N.P.J./C.P.F. 15.359.482/0001-48		Dt.Emissão 28/05/2019	
Endereço AV ARIOSTO DA RIVA;2349			Bairro FLORESTA		Cep 78580-000	Validade do Orçamento
Município ALTA FLORESTA		Fone/Fax		UF MT	Inscrição Estadual ISENTO	
Empresa		E-mail informatica@altafloresta.mt.leg.br				
Telefone da Empresa (66) 99653-5633		Telefone Residencia			Telefone Celular	

Dados do Produto

ETQ	Cód Prd	Descrição do Produto	PN	UN	Qtd	Marca	Vlr Unit	%D	Vlr Total
	33287	PROCESSADOR AMD RYZEN 5 2400G AM4 3.6GHZ 4MB	YD2400C5FBBOX	UN	1,000	AMD	1.099,00		1.099,00
	34157	PLACA MAE GIGABYTE AM4 PRIME A320M-S2H DDR4/M.2/USB3.0	GA-A320M-S2H	UN	1,000	GIGABYTE	459,00		459,00
	29813	MEMORIA 8GB DDR4 2400MHZ PC4-19200 DIMM - HYPERX P/DESKTOP	HX424C15FB2/8	UN	1,000	HYPERX	479,00		479,00
	32041	FONTE ATX 450W 80 PLUS BRONZE CX450 - CORSAIR	CP-9020120-WW	UN	1,000	CORSAIR	349,00		349,00
*	33251	GABINETE V100 BLACK USB3.0/2.0 - THERMALTAKE	CA-1K7-00M1NN-00	UN	1,000	THERMALTAKE	219,00		219,00
*	33445	WINDOWS 10 PROFESSIONAL 64 BITS SOFTWARE	FQC-08932 OEM	UN	1,000	MICROSOFT	599,00		599,00
	27053	GRAVADOR SATA INTERNO DE DVD/CD-RW 8X/24X PRETO - LG	GP124NSC0	UN	1,000	LG	78,90		78,90
	12353	TECLADO USB PADRAO ABNT2 KB-12 C3TECH PRETO	KB-12BK	UN	1,000	C3 TECH	24,90		24,90
	29878	MOUSE OPTICO USB 1000DPI MS-25 BK PRETO C3 TECH	MS-25BK	UN	1,000	C3 TECH	9,90		9,90
	30469	HARD DISK SATA III 1TB 7200RPM 64MB SEAGATE BARRACUDA P/DESK	ST1000DM010	UN	1,000	SEAGATE	349,00		349,00

Totais do Orçamento

Total dos Produtos	Valor Desconto Produtos	Acréscimo Financeiro	Arredondamento	Vlr.Total Orçamento
3.666,70				3.666,70

Dados Adicionais

Condição de Pagamento:	9998 - VENDAS KADRI	Vendedor:	H49 - RAFAEL GOMES VDA LJ19
------------------------	---------------------	-----------	-----------------------------

Observações

* Produtos não disponíveis no Estoque Data : 28/05/2019 - Hora : 11:43:23

"ESTE ORÇAMENTO, NÃO GARANTE A DISPONIBILIDADE DO PRODUTO EM ESTOQUE, NA DATA DA EFETIVAÇÃO DA COMPRA, MESMO QUE DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE."



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 126/2018

No dia 26 do mês de Novembro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU, Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 37.465.309/0001-67, com sede administrativa localizada na AVENIDA 20 DE DEZEMBRO, 725, bairro CENTRO, CEP nº. 78330-000, nesta cidade de Cotriguaçu/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JAIR KLASNER, inscrito no CPF sob o nº. 862.690.381-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 139/2018, Processo Licitatório nº. 207/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU" Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12574	AMAURI ROBERTO DE ARAUJO - ME	2
12538	FERRARI CELL LTDA - EPP	4, 9, 11, 25
11415	GUIOMAR VALERIA GOMES	3, 7
12906	JISLAINE FARIAS DOS ANJOS BONINI - ME	14
12513	NV FRANCO COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E CLI	6, 13, 16, 17, 22, 28, 32
12908	OLMI INFORMATICA LTDA - EPP	10, 15, 20, 27, 33, 34, 35, 36, 37
12907	OVANDIR BATISTA JUNIOR	5, 8, 24, 26, 29
12907	WAGNER VITAL DA SILVA 04319549171	1
12090	WANDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS	12, 18, 19, 21, 23, 30, 31

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AMAURI ROBERTO DE ARAUJO - ME	13.234.712/0001-17	AMAURI ROBERTO DE ARAUJO	725.645.391-49
FERRARI CELL LTDA - EPP	11.350.664/0001-05	ALEX SANDRO MISTRÃO	296.582.318-29
GUIOMAR VALERIA GOMES	27.222.646/0001-70	MARCOS PINHEIRO DE SOUZA	924.377.452-20
JISLAINE FARIAS DOS ANJOS BONINI - ME	14.314.499/0001-16	JULIANO AFONSO BONINI	015.324.741-05
NV FRANCO COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E CLI	28.552.012/0001-48	DIEGO ARMANDO ARAGÃO	020.233.431-78
OLMI INFORMATICA LTDA - EPP	00.789.321/0001-17	ANDREY RICARDO LOPES	907.910.101-04
OVANDIR BATISTA JUNIOR	16.582.414/0001-06	OVANDIR BATISTA JUNIOR	009.566.881-01
WAGNER VITAL DA SILVA 04319549171	26.833.102/0001-81	ALEXANDRE VENSO BONFIM	022.011.561-31
WANDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS	12.358.170/0001-21	FABIO MANOEL LUIZ	040.995.701-18

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU"
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Por Item - Menor Preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11415 - JISLAINE FARIAS DOS ANJOS BONINI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 9.000 BTUS INVERTER - CONDICIONADOR DE AR TIPO HI WALL, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 9000 BTUS/H, ROTAÇÃO VARIÁVEL, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, TENSÃO DE 220V, CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA DE 17,0 KWH/MÊS, CLASSIFICAÇÃO A, SELO PROCEL (EQUIVALENTE OU SUPERIOR À ELETROLUX, SPRINGER/MIDEA), produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	ELGIN	20,000	1.829,0000	36.580,00

Fornecedor: 12090 - WANDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 12.000 BTUS INVERTER - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT HI WALL, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 12.000 BTUS/H, ROTAÇÃO VARIÁVEL, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, TENSÃO DE 220V, CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA DE 22,62 KWH/MÊS, CLASSIFICAÇÃO A, SELO PROCEL (EQUIVALENTE OU SUPERIOR À ELETROLUX, SPRINGER/MIDEA), produto produto deverá ser novo novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	PHILCO	46,000	2.050,0000	94.300,00
18	ARMARIO - ARMARIO DE AÇO, MEDINDO 1,90/2,00 X 90 X 40, ESCRITORIO, 04/05 PRATELEIRAS, AÇO GALVANIZADO, NA COR CINZA produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UNI	LUNASA	27,000	645,0000	17.415,00
19	ESTANTE DE AÇO - MEDINDO 190/2,00 X 90 X 40 , 06 PRATELEIRAS, AÇO GALVANIZADO, NA COR CINZA produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UNI	LUNASA	48,000	308,0000	14.784,00
21	FREEZER - 260L (APROXIMADAMENTE), 110/220V-60HZ, SELECIONÁVEL, VERTICAL, COM 1 DIVISÃO. produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	CONSUL	7,000	2.710,0000	18.970,00
23	REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 450 LITROS, MODELO FROST FREE, 2 PORTAS, NA COR BRANCA, USO DOMESTICO, 220V. produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	CONSUL	7,000	3.275,0000	22.925,00
30	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT PISO TETO, CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 48.000 BTU/H, ROTAÇÃO FIXA, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, TENSÃO DE 220V, CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA DE 101,2 KWH/MES, CLASSIFICAÇÃO MINIMA C - produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	ELGIN	8,000	7.100,0000	56.800,00
31	FOGAO INDUSTRIAL - EM FERRO FUNDIDO, A GAS, COM 06 BOCAS REFORÇADAS, MEDINDO 30X30CM, COM PERFIL DE 5MM, QUEIMADORES REFORÇADOS, SENDO 03 DUPLOS E 03 SIMPLES, COM FORNO, MEDINDO 1,15CMX76CMX80CM, GARANTIA DE 12 MESES	UNI	CRISTAL AÇC	7,000	2.395,0000	16.765,00

Fornecedor: 12513 - OLM I INFORMATICA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	NO-BREAK - FINALIDADE: MANUTENCA DE CARGA ININTERRUPTA DE ENERGIA, TIPO: MICROPROCESSADO, CHAVEAMENTO: AUTOMATICO, POTENCIA: 1800VA, FORMA DE ONDA: SENOIDAL, TENSÃO DE ENTRADA: 110/220V, VARIAÇÃO NA TENSÃO DE ENTRADA: ± 20%, FREQUENCIA DE ENTRADA: 60HZ, TIPO DE SAÍDA: ESTABILIZADA, TENSÃO DE SAÍDA: 110V, CIRCUITOS DE CONTROLE: MICROPROCESSADO, PROTEÇÃO: SUBTENSÃO, SOBRETENSÃO, SOBRECARGA, ETC, MONITORAÇÃO COMPATÍVEL COM WINDOWS, LEDS DE SINALIZAÇÃO: 01 LED COM VARIAÇÃO DE COR, COM ALARME SONORO E VISUAL NA FALTA DE ENERGIA, BATERIAS ESTACIONARIAS, AUTONOMIA MÍNIMA DA BATERIA : 35 MINUTOS, RECARGA DAS BATERIAS: AUTOMÁTICA MESMO COM O NOBREAK DESLIGADO, GABINETE COM PORTA E TAMPA FRONTAL, SISTEMA BY PASS AUTOMÁTICO E MANUAL, QUANTIDADE MÍNIMA DE 06 SAÍDAS, BOTÃO LIGA/DESLIGA NO PAINEL, ACOMPANHA: MANUAL, CABOS, SOFTWARE, FUSÍVEL REARMÁVEL, GARANTIA MÍNIMA: 36 MESES, CERTIFICAÇÃO: NBR, IEC	UNI	TS SHARA	58,000	1.530,0000	88.740,00
15	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 24.000 MIL BTUS INVERTER - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT HI WALL, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 24.000 BTUS/H, ROTAÇÃO VARIÁVEL, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, TENSÃO DE 220V, CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA DE 46,0 KWH/MÊS, CLASSIFICAÇÃO A, SELO PROCEL (EQUIVALENTE OU SUPERIOR À ELETROLUX, SPRINGER/MIDEA) produto novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	PHILCO	45,000	3.315,0000	149.175,00
20	FREEZER - COM CAPACIDADE PARA 480L (APROXIMADAMENTE), NA VOLTAGEM DE 110/220V, HORIZONTAL, COM 2 PORTAS. produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	CONSUL	7,000	2.885,0000	20.195,00
27	BEBEDOURO ELÉTRICO - DO TIPO INDUSTRIAL. COM CAPACIDADE DE 100 LITROS NO RESERVATÓRIO. TRES TORNEIRA FRONTAIS CROMADAS, APARADOR DE AGUA FRONTAL EM CHAPA DE INOX COM DRENO. ISOLAMENTO TÉRMICO INJETADO EM POLIURETANO EXPANDIDO, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, REFRIGERADO A GAS ECOLÓGICO R134. MOTOR HERMÉTICO, REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE INOX, NA COR DO PRÓPRIO REVESTIMENTO, COM RESERVATÓRIO INTERNO EM AÇO INOX 304 E SISTEMA DE OSMOSE REVERSA ACOPLADO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1300X600X650MM(ALT.XLARG.XPROF.), COM VOLTAGEM DE 220V, APROVADO PELO IMETRO. produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	REFRIGERAÇ	17,000	2.500,0000	42.500,00
33	ARMÁRIO DE COZINHA - EM AÇO, PARA COPA-COZINHA DE PARDE., 1,50M(COMP)X0,40M(PROFUND)X0,60M(ALTURA), COM 03 PORTAS., COR BRANCA, COR BRANCA, REVESTIDO COM FORMICA TEXTURIZADA NA ÁREA EXTERNA, BRANCA, EM LOCAL APROPRIADO.	UNI	ITATIAIA	11,000	585,0000	6.435,00
34	ARMÁRIO DE COZINHA - DE AÇO, PARA COPA-COZINHA, BALÇAO, COM 3 PORTAS, 03 GAVETAS, COM PUXADORES, COM 01 PRATELEIRA, PUXADORES EM AÇO CROMADO, COM PES EM AÇO CROMADO,, EM EPOXI, NA COR BRANCA, ACONDICIONADO PARA ENTREGA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNI	MARROART	8,000	1.085,0000	8.680,00
35	ARMÁRIO - TIPO SUSPENSO, EM AÇO INOXIDÁVEL, NA COR BRANCA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,00 X 2,00 X 0,57 (ALTURA X COMPRIMENTO X PROFUNDIDADE), COM 03 PRATELEIRA E NO MÍNIMO 4 PORTAS, PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS DIVERSOS NAS OPERAÇÕES EM COZINHAS.	UNI	ITATIAIA	7,000	649,0000	4.543,00
36	BALÇAO PARA COZINHA - EM AÇO, COM TRES PORTAS E UMA GAVETA, MEDINDO 1,20 METROS, COR BRANCO.	UNI	MARROART	11,000	715,0000	7.865,00
37	SECADOR DE CABELO - PROFISSIONAL, COM POTENCIA MÍN. DE 1600 W, NA VOLTAGEM DE 110/220V, CONTENDO BICO DIRECIONADOR DE AR E SUPORTE, ACONDICIONADO DE MANEIRA ADEQUADA - GARANTIA MÍN. 6 MESES.	UNI	GAMMA	2,000	187,0000	374,00



Fornecedor: 12538 - FERRARI CELL LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	PC I7 - Computador completo, tipo PC (Personal Computer- Computador Pessoal) Gabinete tipo Torre Não será aceito gabinete tipo monobloco (integrado ao monitor) deverá ser permitida a abertura e fechamento do próprio gabinete, bem como, instalação e remoção de unidades de disco rígido, leitor de cartão de memória, gravadoras ópticas e placas PCI ou PCI-E, sem que a garantia do equipamento seja afetada, com monitor de no mínimo 18,5 polegadas ou superior, LED, processador Intel Core I7 - 4ª geração (ou superior), com no mínimo 8 GB de memória RAM DDR3 ou DDR4; Fonte de alimentação de 110/220 Volts, chaveada manualmente ou automaticamente, com capacidade de no mínimo 450 watts reais. Motherboard Padrão Intel, Unidade de Disco Rígido 1 (uma) do tipo, Serial ATA-II ou III, no mínimo 1TB (1 terabyte) velocidade rotacional de no mínimo 7.200 rpm/32 MB; Unidades Óptica / DVD+/-RW Tipo: Interna ao gabinete; 1 porta RJ-45, 1 porta HDMI, saída para fone de ouvido e microfone frontal e traseira, teclado com entrada USB, mouse óptico com entrada USB, sistema operacional Windows 10 Professional 64 bits original: O prazo de garantia será de 12 MESES, ON-SITE, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos e de seus acessórios Deverá ser apresentado folder do fabricante do equipamento, e será aceito computadores de montagem própria, desde que seja confeccionado folder informativo próprio em papel oficial da empresa (não será aceito impressão em papel sem logo) com fotos e seja informado no folder a marca de todas as peças internas utilizadas (placa-mãe, memória RAM, e HD)	UNI	FERRARI CEI	14,000	4.600,0000	64.400,00
9	IMPRESSORA LASER - TECNOLOGIA LASER,MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA COM OPCOES DE IMPRESSAO EM FRENTE E VERSO,VELOCIDADE DE IMPRESSAO ATE 26 PPM,RESOLUCAO MINIMA EM PRETO E BRANCO DE 600 X 600 X 2 DPI,MINIMO DE 128 MB,CONECTIVIDADE PADRAO: 1 PORTA USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE, 1 PORTA DE REDE ETHERNET 10/100 - RJ 45,DEVE SUPORTAR OS SEGUINTE TAMANHOS DE MIDIA: A4, A5, COLORIDO, TIMBRADO, PRE-IMPRESSO, CARTA E OFICIO,DEVE POSSUIR 2 BANDEJAS, SENDO A DE ENTRADA PARA 250 FOLHAS,DEVE VIR ACOMPANHADA DO CABOS DE COMUNICACAO (USB) E DE ALIMENTACAO, CARTUCHOS, GARANTIA DO FABRICANTE MINIMA DE 24 MESES ON-SITE. Deverá ser apresentado folder do fabricante do equipamento.	UNI	LEXMARK	24,000	2.640,0000	63.360,00
11	PROJETOR MULTIMÍDIA - TIPO DATA SHOW - Método de projeção : Frontal / traseira / montada no teto, - Resolução Nativa: SVGA (800 x 600 pixels) - Resoluções suportadas: VGA / SVGA / XGA / WXGA / WXGA+ / SXGA / SXGA+ - Contraste: 10.000:1, - Reprodução de Cores: Até 1.07 Bilhões de Cores - Aspecto / Formato de Exibição / Formato tela: 4:3 nativo (suporta 16:9 e 16:10) Luminosidade / Brilho: - 2700 ANSI Lumens (em cores) - 2700 ANSI Lumens (em branco) Lentes: - Tipo: Foco manual / Zoom óptico - Índice de Projeção / Throw Ratio: 1,45 - 1,96 - Distância de Projeção: 0,88 - 10,44 metros (100" a 3m de distância) - Tamanho da Imagem: 22" - 350" - Foco: Manual - Zoom: 1 - 1.35 (óptico) Conexões de entrada: - HDMI x 1 - Computador : VGA RGB (D-sub 15-pinos) x 1 - S-Video: Mini DIN x 1 - Video Composto: RCA (amarelo) x1 - USB Tipo A x 1 (Memoria USB, Wi-fi) - USB Tipo B x 1 (USB Display, Mouse, Controle) - Áudio: RCA x 2 (vermelho/branco) - Controle: RS-232 x 1 Áudio (estereo Mini Jack) x 2 Conexões de saída: - VGA (Mini D-sub 15 pin) x 1 - Monitor Out - Audio (Stereo Mini Jack) x1 - HDTV READY - Conexão para PC, DVD, RGB, HDMI, USB, Vídeo, Vídeo Componente, Vídeo Composto, Compatibilidade de Vídeo: - Digital: NTSC/NTSC4.43/PAL/PAL-M/PAL- /PAL60/SECAM - Analógico: 480i / 480p / 576i / 576p / 720p / 1080i / 1080p - Sistema de Cor: TSC / PAL / SECAM Lâmpada: - Tipo: 200W UHE (E-TORL) - Vide útil: 5000 Horas (modo normal) / 10000 Horas (modo Eco) Correção de Trapézio: - Vertical (+/- 30 graus) - automático - Horizontal (+/- 30 graus) - manual - Sistema de Som embutido / Alto falantes embutidos: 5W - Voltagem: Bivolt (100 - 240V 50/60Hz) Deverá ser apresentado folder do fabricante do equipamento.	UNI	EPSON	12,000	2.880,0000	34.560,00



Fornecedor: 12538 - FERRARI CELL LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25	BALANCA - ELETRONICA, PORTATIL, PARA PESAGEM DE PESSOAS, VISOR DIGITAL DISPLAY COM 06 DÍGITOS EM LCD, COM CAPACIDADE PARA 150KG E FRAÇÕES DE 50G, - BATERIA RECARREGÁVEL; TECLADO MEMBRANA EM POLICARBONATO DE ALTA RESISTÊNCIA; FUNÇÃO TARA ATÉ A CAPACIDADE MÁXIMA DA BALANÇA; FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA DE 90 A 240 VAC COM CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO (BIVOLT); - ALÇA FABRICADO EM BAQUELITE; PLATAFORMA EM CHAPA DE AÇO CARBONO; TAPETE ADESIVO EM PVC; PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA; HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEM. produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	WELMY	6,000	1.335,0000	8.010,00

Fornecedor: 12574 - AMAURI ROBERTO DE ARAUJO - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PC I3 - Computador completo, tipo PC (Personal Computer Computador Pessoal) Gabinete tipo Torre Não será aceito gabinete tipo monobloco (integrado ao monitor) deverá ser permitida a abertura e fechamento do próprio gabinete, bem como, instalação e remoção de unidades de disco rígido, leitor de cartão de memória, gravadoras ópticas e placas PCI ou PCI-E, sem que a garantia do equipamento seja afetada, com monitor de no mínimo 18,5 polegadas ou superior, LED, Processador Intel Core i3-7100 Kaby Lake 7ª Geração, Cache 3MB 3,9GHz, com no mínimo 8 GB de memória RAM DDR3 ou DDR4, Fonte de alimentação de 110/220 Volts, chaveada manualmente ou automaticamente, com capacidade de no mínimo 200 watts reais. Motherboard Padrão Intel, Unidade de Disco Rígido 1 (uma) do tipo, Serial ATA-II ou III, no mínimo 500 Gb (500 gigabytes), velocidade rotacional de no mínimo 7.200 rpm/32 MB; Unidades Óptica / DVD+-RW Tipo: Interna ao gabinete; 1 porta RJ-45, 1 porta HDMI, saída para fone de ouvido e microfone frontal e traseira, teclado com entrada USB, mouse óptico com entrada USB, sistema operacional Windows 10 Professional 64 bits original. O prazo de garantia será de 12 MESES, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos e de seus acessórios Deverá ser apresentado folder do fabricante do equipamento, e será aceito computadores de montagem própria, desde que seja confeccionado folder informativo próprio em papel oficial da empresa (não será aceito impressão em papel sem logo) com fotos e seja informado no folder a marca de todas as peças internas utilizadas (placa-mãe, memória RAM, e HD)	UNI	ECT MT-02	32,000	3.175,0000	101.600,00

Fornecedor: 12906 - NV FRANCO COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E CLI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	NOTE I3 - Notebook - Processador Intel® Core i3 6ª geração i3-6006U. Sistema operacional Windows 10 (qualquer versão) Leitor de cartão SD Tamanho da tela 15.6" ou maior. Webcam integrada; Tela HD LED ou LCD com resolução mínima de 1366 x 768; Conector para microfone e fone de ouvido Alto-falantes Chipset Integrado ao processador; Conexão sem fio (wireless) 802.11 b/g/n Conexão Bluetooth; Memória RAM mínimo 6 GB; Disco rígido (HD) 1 TB 5400 RPM; Portas USB; Tensão/Voltagem Bivolt Conexão HDMI Rede 10/100 Conexão RJ45 Bateria de 4 células (3220 mAh) ou superior Placa de som Integrada Teclado Português, padrão ABNT Mouse Touchpad O prazo de garantia será de 12 MESES, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos e de seus acessórios Deverá ser apresentado folder do fabricante do equipamento.	UNI	DELL	15,000	3.080,0000	46.200,00
13	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18.000 BTUS INVERTER - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT HI WALL, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 18.000 BTUS/H, ROTAÇÃO VARIÁVEL COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, TENSÃO DE 220V, CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA DE 34,2 KWH/MÊS, CLASSIFICAÇÃO A, SELO PROCEL (EQUIVALENTE OU SUPERIOR À ELETROLUX, SPRINGER/MIDEA) produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	ELGIN ECO II	52,000	2.690,0000	139.880,00

23
pjm

Fornecedor: 12906 - NV FRANCO COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E CLI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	CORTINA DE AR EM AÇO- CORTINA DE AR EM AÇO GALVANIZADO, VOLUME DE AR NO MÍNIMO DE 1200M³/H, VELOCIDADE DE AR NO MÍNIMO 7M/S, 220V, NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO DE 60 DBA, POTÊNCIA ENTRE 84 E 180W, MEDINDO 1,20M (EQUIVALENTE OU SUPERIOR À ELECTROLUX, SPRINGER/MIDEA) produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	ELGIN	14,000	780,0000	10.920,00
17	CORTINA DE AR EM METAL E PLÁSTICO - CORTINA DE AR EM METAL E PLASTICO, VOLUME DE AR NO MÍNIMO DE 3.200M³/H, 220V, 60HZ, POTÊNCIA MÁXIMA DE 550W, MEDINDO 1.500X215X219MM (EQUIVALENTE OU SUPERIOR À ELECTROLUX, SPRINGER/MIDEA) produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	ELGIN	12,000	950,0000	11.400,00
22	REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 330 L, MODELO DUPLEX FROSFREE, TIPO DOMESTICO/VERTICAL, NA VOLTAGEM 110 V. produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	CONSUL	11,000	2.510,0000	27.610,00
	REBEDOURO - TIPO INDUSTRIAL,VOLTAGEM 220V, CAPACIDADE DE 50 LITROS NO RESERVATORIO,COM REGULAGEM AUTOMATICA,FILTRO,COM 02 TORNEIRAS,ACO INOX. produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	RN	12,000	1.675,0000	20.100,00
32	FOGAO INDUSTRIAL - EM CHAPA PINTADA, A GAS, 04 BOCAS, SENDO 02 SIMPLES E 02 DUPLAS, 30X30, 5CM, EM FERRO, COM FORNO, 80CMX76CMX76CM GARANTIA DE 12 MESES	UNI	TRON	9,000	1.790,0000	16.110,00

Fornecedor: 12907 - WAGNER VITAL DA SILVA 04319549171						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PC SIMPLES PARA LAB - Computador completo, tipo PC ("Personal Computer" – Computador Pessoal) Gabinete tipo Torre – Não será aceito gabinete tipo monobloco (integrado ao monitor) – deverá ser permitida a abertura e fechamento do próprio gabinete, bem como, instalação e remoção de unidades de disco rígido, leitor de cartão de memória, gravadoras ópticas e placas PCI ou PCI-E, sem que a garantia do equipamento seja afetada, com monitor de no mínimo 15,6 polegadas ou superior, LED ou LCD, Processador Intel Celeron J1800, Dual Core, 2,41 ghz com 4 GB de memória RAM, Fonte de alimentação de 110/220 Volts, chaveada manualmente ou automaticamente, com capacidade de no mínimo 200 watts reais, Gravador e Leitor de CD/DVD, SATA, 24X, Motherboard Mini ITX com processador integrado, Unidade de Disco Rígido 1 (uma) do tipo, Serial ATA-II ou III, no mínimo 160 Gb (160 gigabytes); 1 porta RJ-45, saída para fone de ouvido e microfone frontal e traseira, teclado com entrada USB, mouse óptico com entrada USB, sistema operacional Distro Linux Edubuntu em Português: O prazo de garantia será de 12 MESES, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos e de seus acessórios Deverá ser apresentado folder do fabricante do equipamento, e será aceito computadores de montagem própria, desde que seja confeccionado folder informativo próprio em papel oficial da empresa (não será aceito impressão em papel sem logo) com fotos e seja informado no folder a marca de todas as peças internas utilizadas (placa-mãe, memória RAM, e HD).	UNI	VITAL CORP	42,000	2.150,0000	90.300,00

24
pay

Fornecedor: 12908 - OVANDIR BATISTA JUNIOR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	NOTE I5 - Notebook - Processador Intel® Core i5-7200U Dual Core 2.5 GHz Sistema operacional Windows 10 (qualquer versão) Leitor de cartão SD Tamanho da tela 15.6" Webcam integrada Tela HD LED ou LCD com resolução de mínima de 1366 x 768; Conector para microfone e fone de ouvido Alto-falantes Chipset Integrado ao processador; Conexão sem fio (wireless) 802.11 b/g/n Conexão Bluetooth; Memória RAM mínimo 6 GB DDR4 2133 MHz; Disco rígido (HD) 1 TB 5400 RPM; Portas USB; Tensão/Voltagem Bivolt Conexão HDMI Rede 10/100/1000 Conexão RJ45 Bateria de 4200 mAh ou superior Placa de som Integrada Teclado Português, padrão ABNT Mouse Touchpad O prazo de garantia será de 12 MESES, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos e de seus acessórios Deverá ser apresentado folder do fabricante do equipamento.	UNI	LENOVO/IDE	11,000	4.148,0000	45.628,00
8	IMPRESSORA LASER - TECNOLOGIA, TIPO MULTIFUNCIONAL LASER COLOR E PC/FAX. REDUZ/AMPLIA 25% A 400%, COM VELOCIDADE MINIMA DE 31PPM P&B E 5PPM COLOR. DIGITALIZACAO DE IMAGEM COLOR: 2400X600DPI, COM RESOLUCAO MINIMA DE LINGUAGEM DE IMPRESSORA: 2.400/600DPI, COM MEMORIA DE 96MB AMPLIAVEL ATE 576MB. SISTEMA COMPATIVEL: WINDOWS, COM INTERFACE USB 2.0, PICTBRIDGE 1.1 E ETHERNET 10/100 BASE-TX OPCIONAL, COM SUPORTE PARA FORMULARIOS OFICIO, A4, A5, A6, B5. GRAMATURA 60 A 163 G/M, CICLO DE TRABALHO: 35.000 MES, CAPACIDADE DA BANDEJA PRINCIPAL PARA ENTRADA MINIMA 250 FLS E SAIDA 150 FLS, ALIMENTADOR DOCUMENTOS 50 ORIGINAIS E VIDRO EXPOS. ATE OFIC1, CARTUCHO, CABOS, CONECTORES, DRIVERS, MANUAIS TECNICOS, GARANTIA 12 MESES. Deverá ser apresentado folder do fabricante do equipamento.	UNI	LEXIMARK/C	19,000	3.350,0000	63.650,00
24	PROCESSADOR DE ALIMENTOS - DOMESTICO, LAMINAS MULTIFUNCIONAIS ACO INOX, TIGELA EXTRA GRANDE, COM CAPACIDADE APROX. 2 LITROS\3KG LIQUIDOS\MASSA, 2 AJUSTES DE VELOCIDADE E FUNCAO PULSAR, DETECCAO DE TAMPAS E TIGELA E FREIO MECANICO DE 1,5S, MOTOR COM POTENCIA DE 700W, VOLTAGEM: 110V E 220V, CERTIFICADO PELO INMETRO. produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	PHILIPS WAL	9,000	691,0000	6.219,00
26	BALANCA DIGITAL PORTÁTIL, VIDRO TEMPERADO USO EM CLÍNICA, ACADEMIA ETC..., ALTA PRECISÃO NO SISTEMA DE SENSOR, PLATAFORMA DE VIDRO TEMPERADO, CAPACIDADE DE 150KG, GRADAÇÃO: D=100G, PESAGEM MÍNIMA: 5KG, MEDIDA DO LCD: 78X36MM, ACIONAMENTO ATRAVÉS DE TOQUE, ZERAMENTO E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO HOMOLOGADAS PELO INMETRO. produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	MULTILASER	11,000	176,0000	1.936,00
29	LIQUIDIFICADOR - MODELO INDUSTRIAL, VELOCIDADE ÚNICA, COPO INOX, COM CAPACIDADE DE 04 LITROS, MOTOR MÍN. 1000W, NA VOLTAGEM DE 110V. produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento com garantia de 12 meses.	UNI	SPOLU	14,000	769,0000	10.766,00

Fornecedor: 12909 - GUIOMAR VALERIA GOMES

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	PC I5 - Computador completo, tipo PC (Personal Computer Computador Pessoal) Gabinete tipo Torre Não será aceito gabinete tipo monobloco (integrado ao monitor) deverá ser permitida a abertura e fechamento do próprio gabinete, bem como, instalação e remoção de unidades de disco rígido, leitor de cartão de memória, gravadoras ópticas e placas PCI ou PCI-E, sem que a garantia do equipamento seja afetada, com monitor de no mínimo 18,5 polegadas ou superior, LED, processador Intel Core I5 - 5ª geração (ou superior), com no mínimo 8 GB de memória RAM DDR3 ou DDR4 Fonte de alimentação de 110/220 Volts, chaveada manualmente ou automaticamente, com capacidade de no mínimo 450 watts reais. Motherboard Padrão Intel, Unidade de Disco Rígido 1 (uma) do tipo, Serial ATA-II ou III, no mínimo 1TB (1 terabyte), velocidade rotacional de no mínimo 7.200 rpm/32 MB; Unidades Óptica / DVD+-RW Tipo: Interna ao gabinete; 1 porta RJ-45, 1 porta HDMI, saída para fone de ouvido e microfone frontal e traseira, teclado com entrada USB, mouse óptico com entrada USB, sistema operacional Windows 10 Professional 64 bits original; O prazo de garantia será de 12 MESES, ON-SITE, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos e de seus acessórios Deverá ser apresentado folder do fabricante do equipamento, e será aceito computadores de montagem própria, desde que seja confeccionado folder informativo próprio em papel oficial da empresa (não será aceito impressão em papel sem logo) com fotos e seja informado no folder a marca de todas as peças internas utilizadas (placa-mãe, memória RAM, e HD)	UNI	ESTRELA PC	20,000	3.479,0000	69.580,00
7	IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA COM CONECTIVIDADE WIRELESS 802.11 B/G, COMPATIVEL COM OS SISTEMAS OPERACIONAIS MICROSOFT WINDOWS (X86 E X64), COM MEMÓRIA PADRÃO DE NO MINIMO 8 MB, COM CICLO MENSAL DE PRODUTIVIDADE DE ATÉ 5000 PAGINAS; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE 1200 DPI DE SAÍDA EFETIVA(600x600) VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE 15 PPM OU SUPERIOR PARA PAPEL A4; DEVE OBRIGATORIAMENTE SUPORTAR PAPEL NORMAL, FOTOGRÁFICO, ENVELOPE, ETIQUETAS E CARTOLINA. A IMPRESSORA DEVE FUNCIONAR NA VOLTAGEM DE 127 VOLTS E VIR COM CABO DE FORÇA EM CONFORMIDADE COM A NBR 14136 - COM GARANTIA DE 12 MESES. Deverá ser apresentado folder do fabricante do equipamento.	UNI	XEROX	23,000	1.677,0000	38.571,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

26
2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.



CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma decidida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cotriguacu para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.



E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cotriguaçu, 26 de Novembro de 2018.

JAIR KLASNER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AMAURO ROBERTO DE ARAUJO - ME	CNPJ: 13.234.712/0001-17	_____
ARARI CELL LTDA - EPP	CNPJ: 11.350.664/0001-05	_____
GUIOMAR VALERIA GOMES	CNPJ: 27.222.646/0001-70	_____
JISLAINE FARIAS DOS ANJOS BONINI - ME	CNPJ: 14.314.499/0001-16	_____
NV FRANCO COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E CLI	CNPJ: 28.552.012/0001-48	_____
OLMI INFORMATICA LTDA - EPP	CNPJ: 00.789.321/0001-17	_____
OVANDIR BATISTA JUNIOR	CNPJ: 16.582.414/0001-06	_____
WAGNER VITAL DA SILVA 04319549171	CNPJ: 26.833.102/0001-81	_____
WANDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS	CNPJ: 12.358.170/0001-21	_____



2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para a aquisição de Microcomputadores e Notebooks, para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme segue:

Código	Produto	Unidade	Marca	Qtd	Valor Unitário	Total
32904	MICROCOMPUTADOR, COM PROCESSADOR INTEL CORE I5-6400, HD 1TB, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR 18,5, WINDOWS 10 PROFISSIONAL	un - unidade	GP GOLD VERSAO BASIC	151	2.787,88	420.969,88
34046	NOTEBOOK - I7-7500U, 16GB MEMORIA, TELA 15.6, HD 1TB, PLACA DE VIDEO DEDICADA 4GB	un - unidade	ACER	4	5.840,00	23.360,00

TOTAL: R\$ 444.329,00 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil trezentos e vinte e nove reais)

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15, § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4º da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.3 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Para o fornecimento do objeto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e poderá (órgão gerenciador) providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 183/2018
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 023/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 184/2018.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços Futura e eventual aquisição de microcomputadores, projetor de imagem (Datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas neste Termo de Referência do Edital de licitação.

O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, O **Município de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal, Sr. **Mauro Rosa da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 2.019.647 SSP/GO e do CPF nº. 333.126.801-15, residente e domiciliado a Rua B, 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº. 30.282.572/0001-71, estabelecida Rua Getúlio Vargas, 1107 – Sala 03 Centro, Guarapuava - PR, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor Paulo Sérgio de Andrade, Brasileiro, empresário, Carteira de Identidade nº. 4.240.036-0, CPF nº. 584.950.969-00, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA**, resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 2.455/2013, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº. 183/2018, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para Futura e eventual aquisição de microcomputadores, projetor de imagem (Datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência do Edital de licitação, pelo período de 1 ano, com os valores definidos no item 2 desta ata.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.



- a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
- b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;
- c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

- a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;
- b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;
- c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;
- e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO

6.1 - É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 2.455/2013.

6.2 - O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo 'endereço'), os serviços registrados.

7.2 - O prazo para a entrega do produto, objeto desta Ata de Registro de Preço é de até **30 (trinta)** dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

4.3 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.4 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados, em conformidade com o art. 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

4.4.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.4.2 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;



a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal 1.823/2006, Decreto Municipal nº. 2.455/2013, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 023/2018 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 183/2018.

10.3 - Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Água Boa.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Água Boa, 09 de novembro de 2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA:

MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

7.3 - As Notas Fiscais referentes ao pagamento dos produtos/materiais/equipamentos, referente a Secretaria de Saúde devem ser emitidas no **CNPJ: 11.802.719/0001-62** Fundo Municipal de Saúde.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:



FORNECEDOR REGISTRADO: **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI**
Paulo Sérgio de Andrade

TESTEMUNHAS:

Fabio Tadeu Weiler
CPF: 587.591.070-49

Ivania Cezira Volpi
CPF: 622.198.981-72





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

PORTARIA Nº 031, DE 03 DE JANEIRO DE 2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos da legislação vigente,

RESOLVE:

Artigo 1º. INSTITUIR a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Câmara Municipal de Alta Floresta, que será composta pelos seguintes membros:

Presidente: JORGE RUAN DE OLIVEIRA

MEMBRO: SALETE SCHUMANN

MEMBRO: SERGIO LUIZ BRUNCA JUNIOR

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE E CUMpra-SE.

Alta Floresta/MT, em 03 de Janeiro de 2019.

Vereador EMERSON SAIS MACHADO
Presidente





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

OF GAB-330/2019

Alta Floresta 26 de Junho de 2019.

À

Prefeitura Municipal de Água Boa

V. Ex.ª Sr. Mauro Rosa da Silva

Gabinete Prefeito

Assunto: Adesão ao Pregão Eletrônico 023/2018 / ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 184/2018


Prezado Senhor,

Manifesto o interesse da Câmara Municipal de Alta Floresta - MT, em fazer o uso da Ata de Registro de Preços nº 184/2018, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT, nos termos do pregão eletrônico nº 023/2018, a fim de contratar nas condições e especificações contidas na ata supra os seguintes itens:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unit.	Valor Total
01	MICROCOMPUTADOR COMPLETO, COM PROCESSADOR SIMILAR OU SUPERIOR AO CORE I5-7700, HD SATA 3 DE 1TB 7200 RPM, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR 18,5", WINDOWS 10 PROFISSIONAL 64BTIS ORIGINAL INSTALADO E ATIVADO CONSTANDO NA NOTA FISCAL, FONTE 24 PINOS 500W - DRIVE GRAVADOR DVD, MOUSE USB 1000 DPI, TECLADO ABNT2 USB PRETO.	UN	6	2.787,88	16.727,28
				TOTAL	16.727,28

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento, desde já agradecemos a colaboração.

Respeitosamente,


Emerson Sals Machado
Presidente 2019/20



154

informatica@altafloresta.mt

TCMT: Espaço do Cidadão - Lic

cesta de preços - Pesquisa

Google

informatica@altafloresta.mt

le...

Novo

Caixa de Entrada

Enviados

Rascunhos

Lixo Eletrônico

Lixeira

Arquivadas

154

9

2

pesquisar

26 jun.

28 jun.

26 jun.

25 jun.

25 jun.

25 jun.

24 jun.

12 jun.

10 jun.

Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

Re: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

Pregao - Prefeitura Municipal de Agua Boa-MT

Re: RES: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

Fwd: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

Pregao - Prefeitura Municipal de Agua Boa-MT

Re: RES: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

pregao@aguaboa.mt.gov.br

Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

silviacaselatojuliao@gmail.com

Fwd: Assinatura Charles

Silvia Caselato

Assinatura Charles

cida_sicuto@hotmail.com, Aparecida Sicuto

26 jun.

28 jun.

26 jun.

25 jun.

25 jun.

25 jun.

24 jun.

12 jun.

10 jun.

39%

1234

Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

Jorge Ruan (26 de junho de 2019 11:49)

Para: "paulo sisterpel" -paulosisterpel@hotmail.com>

Ofício 331-2019 A... 70KB

pdf

Boa tarde!

Segue em anexo ofício do presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta, solicitando autorização para aderir a Ata de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Água Boa, Pregão Eletrônico 23/2018, Item 00015442 (Cód TCE), no qual sagrou-se vencedora no referido item a vossa empresa.

No aguardo do ofício da empresa com autorização.

Atenciosamente,
Jorge Ruan de Oliveira
T.I. - Pregoeiro - Pres. Com. Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE
ALTA FLORESTA
ESTADO DE MATO GROSSO





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

OF GAB-331/2019

Alta Floresta 26 de Junho de 2019.

À

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI

Assunto: Adesão ao Pregão Eletrônico 023/2018 / ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 184/2018

Prezado Senhor,

Manifesto o interesse da Câmara Municipal de Alta Floresta - MT, em fazer o uso da Ata de Registro de Preços nº 184/2018, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT, nos termos do pregão eletrônico nº 023/2018, a fim de contratar nas condições e especificações contidas na ata supra os seguintes itens:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unit.	Valor Total
01	MICROCOMPUTADOR COMPLETO, COM PROCESSADOR SIMILAR OU SUPERIOR AO CORE I5-7700, HD SATA 3 DE 1TB 7200 RPM, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR 18,5", WINDOWS 10 PROFISSIONAL 64BTIS ORIGINAL INSTALADO E ATIVADO CONSTANDO NA NOTA FISCAL, FONTE 24 PINOS 500W - DRIVE GRAVADOR DVD, MOUSE USB 1000 DPI, TECLADO ABNT2 USB PRETO.	UN	6	2.787,88	16.727,28
				TOTAL	16.727,28

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento, desde já agradecemos a colaboração.

Respeitosamente,


Emerson Sais Machado
Presidente 2019/20



RE: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

paulo sierpel (26 de junho de 2019 12:34)

Para: "Jorge Ruan" <informatica@altafloresta.mt.leg.br>

pdf
ACEITE - CÂMARA...
1.2MB

Boa tarde,
Segue o nosso aceite.

at,

João Andrade

Analista

42-3622-9796/ 3035-4433

De: Jorge Ruan <informatica@altafloresta.mt.leg.br>

Enviado: quarta-feira, 26 de junho de 2019 13:48

Para: paulo sierpel

Assunto: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

Boa tarde!

Segue em anexo ofício do presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta, solicitando autorização para aderir a Ata de

Enviadas

Rascunhos 9

Lixo Eletrônico 2

Lixeira

Arquivadas

Pesquisar

Aula #4 [LIBERADA] Curso de Licitações

TJMT 26 jun

Sugestão de Pauta do Poder Judiciário de MT 26/06/2019

Silvio 26 jun

Curso Completo de Licitações e Contratos em São Paulo

paulo sierpel 26 jun

RE: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

paulo sierpel 26 jun

RE: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

Silvio 26 jun

Aula #3 [LIBERADA] Curso de Licitação

TJMT 25 jun

Sugestão de Pauta do Poder Judiciário de MT 25/06/2019

Pregao - Prefeitura Municipal de Agua Boa-MT 25 jun

RES: RES: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

Pregao - Prefeitura Municipal de Agua Boa-MT 25 jun

RES: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta

Silvio 25 jun

39% 1 2 3 4 5 ... 14

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO- EIRELI

Rua Getúlio Vargas 1107-sala 03-Centro-85010-280-Guarapuava-Pr

Fone-fax (42) 3622-9796 CNPJ: 30282572/0001-71

e-mail: paulosisterpel@hotmail.com

NOME DO LICITANTE: PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO-EIRELI

CNPJ: 30282572/0001-71

ENDEREÇO COMPLETO: RUA GETÚLIO VARGAS 1107-SALA 03 -CENTRO - GUARAPUAVA - PR - CEP: 85010-280

TELEFONE: 42 3622 9796 - FAX: 42 3622 9796

E-MAIL: paulosisterpel@hotmail.com

À

CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA- MT

REF.ADESÃO A ATA:

Governo do Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Água Boa - PMAB/MT

Pregão nº 232018 (SRP)

PREZADOS SENHORES:

A EMPRESA PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO-EIRELI, CNPJ 30282572/0001-71, sediada na RUA GETÚLIO VARGAS 1107-SALA 03- BAIRRO CENTRO - GUARAPUAVA - PR - CEP: 85010-280, por intermédio de seu representante legal o Sr. PAULO SERGIO DE ANDRADE, Carteira de identidade n.º 4240036-0 SSP PR E CPF 584950969-00

O fornecimento de EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, e de acordo com a Cotação de Preços e anexos a seguir e na seguinte condição:

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO: DO BRASIL

AG: 0299-2

C/C: 91598-X

ACEITE

ITEM		UN	QUANT	UNIT.	TOTAL
01	Marca: GPGOLD Fabricante: Guarapuava Centro Digital de Informática Ltda Modelo / Versão: BASIC MICROCOMPUTADOR COMPLETO, COM PROCESSADOR SIMILAR OU SUPERIOR AO CORE I5-6400 OFERTADO: PROCESSADOR AMD RYZEN 2200G 4 NÚCLEOS 4 THREADS 6MB CACHE 3., HD SATA 3 DE 1TB 7200 RPM HITACHI HDS721010KLA330, MEMORIA 8GB DDR4 2133MHZ MARKVISION MVT4U8192M2133MHZ., COM MONITOR 18,5" AOC E970SWNL, WINDOWS 10 PROFISSIONAL 64BIT ORIGINAL INSTALADO E ATIVADO CONSTANDO NA NOTA FISCAL, FONTE 24 PINOS 500W BLUECASE (BLU500PFC- DRIVE GRAVADOR DVD LITE ONE IHAS 124 04, MOUSE USB 1000 DPI C3TECH MS-25BK, TECLADO ABNT2 USB PRETO C3TECH KB-12BK. http://cpu.userbenchmark.com/Compare/Intel-Core-i5-6400-vs-AMD-Ryzen-3-2200G/3512vsm441832	UN	06	2.787,88	16.727,28
VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$					16.727,28

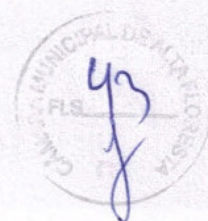
30 282 572/0001-71

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI

RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 1107

SALA 03 - CENTRO

CEP 85010-280 GUARAPUAVA - PR



PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO- EIRELI

Rua Getúlio Vargas 1107-sala 03-Centro-85010-280-Guarapuava-Pr

Fone-fax (42) 3622-9796 CNPJ: 30282572/0001-71

e-mail: paulosisterpel@hotmail.com

Declaramos: As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital,

A proposta está em conformidade com todos os preceitos legais e regulamentos em vigor;

Que nos preços ofertados estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens, montagem e entrega do material, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas;

Dados Bancários: Guarapuava-PR,

Banco: Agência: Banco do Brasil- Agência 0299-2 - conta corrente 91598-X -

GARANTIA:

Prazo de garantia de 1 (um) ano, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

WWW.GPGOLD.COM.BR

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

ABRIR UM CHAMADO- 0800-622-9796

Da entrega:

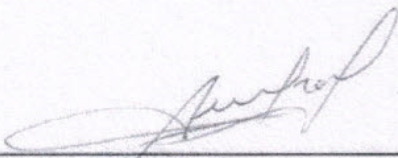
O fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado em até de 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento,

DO PAGAMENTO

O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar da data do recebimento definitivo, mediante a apresentação do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho, ficando condicionado ao termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, conforme item 16.2 do edital.

Que nos enquadrados na categoria de empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006;

Guarapuava Pr, 26/06/2019



PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO-EIRELI
Representante Legal: PAULO SERGIO DE ANDRADE Cargo:
Administrador

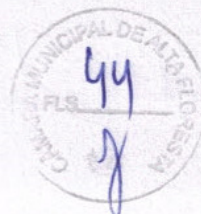
RG 4240036-0 PR e do CPF n.º 584950969-00

30 282 572/0001-71

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI

RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 1107
SALA 03 - CENTRO

CEP 85010-280 GUARAPUAVA - PR







PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA
ESTADO DE MATO GROSSO

Ofício 024/2019 – GLC

Água Boa - MT, 28 de junho de 2019.

Sr. **EMERSON SAIS MACHADO**

MD: Presidente

Câmara Municipal de Alta Floresta - MT

Assunto: Adesão a Ata de Registro de Preço nº 184/2018

Prezado,

Cumprimento cordialmente e na oportunidade amparado art. 22, § 1º do Decreto Federal 7892/2013 e em atendimento ao Ofício nº 330/2019, Câmara Municipal de Alta Floresta - MT, informo que **AUTORIZO** a adesão na quantidade TOTAL solicitada para a adesão à ARP nº 184/2018, decorrente do Processo nº. 183/2018, Pregão Eletrônico Nº. 023/2018, cujo objeto é o registro de preço para Futura e eventual aquisição de microcomputadores, projetor de imagem (Datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT.

Empresa Contratada: **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº. 30.282.572/0001-71, estabelecida Rua Getúlio Vargas, 1107 – Sala 03 Centro, Guarapuava - PR, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor Paulo Sérgio de Andrade, Brasileiro, empresário, Carteira de Identidade nº. 4.240.036-0, CPF nº. 584.950.969-00,, conforme quantidade e especificação abaixo.

Código	Produto	Unidade	Marca	Qtd	Valor Unitário	Total
32904	MICROCOMPUTADOR, COM PROCESSADOR INTEL CORE I5-6400, HD 1TB, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR 18,5, WINDOWS 10 PROFISSIONAL	un - unidade	GP GOLD VERSAO BASIC	6	2.787,88	16.727,28

Cordialmente,

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.





Autorização para adesão à Ata de Registro de Preços - APLIC

Informa-se que foi registrada a autorização via Portal da Unidade Gestora (PUG) do Tribunal de Contas de Mato Grosso, pelo usuário RONALDO BRUNO WENDLING, em 04/07/2019 às 12:43:41, pertencente a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA BOA a adesão a seguinte Ata de Registro de Preços:

Ata Número: 00000000184/2018

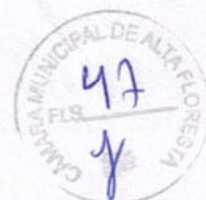
Processo Licitatório: 00000000023/2018

Modalidade: Pregão Eletrônico

CNPJ: 15.359.482/0001-48

A Adesão foi registrada para os seguintes itens:

Item	Item	Cód. Catálogo	Cód. Unid.	Referência	Data Adesão	Quantidade
32904	MICROCOMPUTADOR - MICROCOMPUTADOR, COM PROCESSADOR INTEL CORE I5-6400, HARD DISK 1TB, MEMORIA 8GB DDR4 2133MHZ, FONTE 24 PINOS 450W - DRIVE GRAVADOR DVD, MOUSE 800 DPI - TECLADO ABNT USB PRETO COM MONITOR 18,5", WINDOWS 10 PROFISSIONAL, 1 ANO DE DE GARANTIA	00015442	1	Novembro	04/07/2019	6



NÚMERO/ANO: 3161/2018

ESFERA: MUNICIPAL

TIPO: DECRETO

NATUREZA: (SELECIONE)

PERC. REMANEJAMENTO: 0,00%

INICIO DA VIGÊNCIA: 01/03/2018

DATA DE PUBLICAÇÃO: 01/03/2018

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: MURAL DA PREFEITURA

RESUMO DA EMENTA: DESIGNA PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA E COMPÕE A EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO.

EMENTA DESIGNA PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA E COMPÕE A EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO.

Substituir pelo
Decreto quando
necessário





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA
ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 202/2018
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 024/2018.

TERMO DE RETIRADA DO EDITAL

As pregoantes deverão enviar Termo de Retirada do Edital, conforme modelo abaixo, ao seguinte endereço eletrônico ou retirar pessoalmente junto ao Setor de Licitações: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

O não envio deste termo, por parte da pregoante, desobriga o Pregoeiro de comunicar-lhe eventuais alterações, esclarecimentos ou quaisquer informações relacionados ao presente procedimento licitatório.

DADOS DA EMPRESA:

Nome empresarial: _____

CNPJ: _____

e-mail: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Tel.: _____

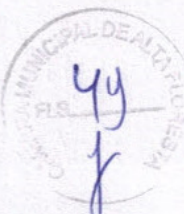
Fax: _____

Data de retirada do Edital: _____

Nome do responsável: _____

R.G. do responsável: _____

Assinatura





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA
ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 202/2018

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N°. 024/2018.

ANEXOS:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III: Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo IV: Minuta do Termo de Contrato;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 202/2018
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 024/2018.

EXCLUSIVO PARA ME E EPP

DATA: 22/10/2018.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, através da Pregoeira designada pelo Decreto nº. 3161/2018, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado; com obediência ao disposto na Lei nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, na Lei nº. 8.666/93 e demais legislação complementar, Lei Complementar nº. 123/2006; Lei Municipal nº. 1036/2009, que Regulamenta no Município de Água Boa-MT o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte; utilizando da modalidade de licitação denominada Pregão, nos termos da Lei nº. 10.520/2002, Decreto Municipal nº. 2.455/2013, que Regulamenta, no âmbito do município de Água Boa, a utilização da modalidade de licitação denominada Pregão para registro de preços, bem como o Decreto Municipal 1738/2005, que dispõe sobre a realização de Pregão Eletrônico, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências; que se encontra aberta a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** n.º 024/2018, tipo **MENOR PREÇO**, para cada item ofertado, devendo as propostas serem entregues junto à Equipe de Apoio ao Pregoeiro, da Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, centro, nos seguintes termos:

Na data, horário e endereço eletrônico acima indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

CAPÍTULO I - DO OBJETO.

1. - O presente pregão tem por objeto Futura e eventual aquisição de equipamentos de informática, projetor multimídia (datashow), aparelhos de DVD, para a Prefeitura de Água Boa-MT, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1. - Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO.

2. - A presente licitação destina-se **exclusivamente** à participação de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006;

2.1 - Poderão participar deste Pregão todas as empresas qualificadas que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que estejam, obrigatoriamente, cadastrados no sistema eletrônico utilizado neste processo, nos seguintes termos:

2.1.1 - As empresas interessadas em participar deste Pregão, deverão estar previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio **www.comprasgovernamentais.gov.br**.

2.1.2 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, assim como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.3 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1 - tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.2 - tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.3.3 - estejam impedidas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.3.4 - estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.3.5 - encontrem-se em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

2.3.6 - não se encaixem na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007.

CAPÍTULO III – DA PROPOSTA.

3.1 - A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 - A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os preços unitário e total do item, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.3 – A licitante deverá ainda especificar, nos campos apropriados do sistema eletrônico, o fabricante, a marca e demais referências que identifiquem o produto cotado.

3.3.1 – A Prefeitura de Água Boa-MT, poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

3.4 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” deverão ser prestadas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta:

3.4.1 – Prazo de entrega em até **30 (trinta) dias** corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.4.2 – Prazo de garantia de 1 (um) ano, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

3.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

3.6 – Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, que deixarem qualquer item do grupo ou as que desatendam às exigências deste edital.

3.7 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.8 – A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que atende aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.9 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.10.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

3.10.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.11 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA.

4.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 - Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 - No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

5.1 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

5.2 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES.

6.1 - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 - Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

6.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VII – DO JULGAMENTO.

7.1 - O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO VIII - DA NEGOCIAÇÃO.

8.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

9.1 - O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance por meio do campo de "anexos" do sistema COMPRASNET, em formato de arquivo aceito pelo sistema, via e-mail para o endereço eletrônico **pregao@aguaboa.mt.gov.br**, cujo prazo de atendimento será de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação.

9.1.1 - A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo II.

9.1.2 – Os documentos remetidos via sistema, e-mail deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da solicitação do Pregoeiro, à Prefeitura Municipal, Setor de Licitações e Contratos, Avenida Planalto nº 410, Centro, CEP: 78.635-000, Água Boa-MT.

9.1.3 – Após o encaminhamento dos documentos solicitados, dentro do prazo previsto no item acima, o licitante deverá encaminhar no e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br o **CÓDIGO DE RASTREIO** dos correios para que a equipe de pregão acompanhe a entrega dos mesmos.

9.1.4 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

9.2.1 - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

9.2.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

9.2.3 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO:

10.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, do **Nível I ao Nível VI** do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação complementar especificada neste edital.

10.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, do **Nível I ao Nível VI**, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

10.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

10.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Documento de Identificação** do(s) sócio(s);
- b) Registro Comercial** ou **ato constitutivo** ou estatuto ou **contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; e Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício.

10.3.2 - CAPACIDADE TÉCNICA:

- a) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, objeto similares ao do item do qual esteja participando.

10.3.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da sede do licitante, dentro do prazo de **90 (noventa) dias**.
- b) Certidão Simplificada da Junta Comercial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da sede do licitante, dentro do prazo de **90 (noventa) dias**;
- c) Prova de possuir capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez) por cento**, do valor a ser contratado, conforme dispõe o Art. 31, § 2º e § 3º da Lei nº. 8.666/93; mediante: Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante no caso de Capital Social, ou através do Balanço Patrimonial e Demonstração do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do último exercício social, no caso de patrimônio líquido; (devidamente registrado no órgão competente, conforme Resolução de Consulta 020/2013 do TCE-MT).

10.3.4 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

10.3.5 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a) A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:**
 - a.1)** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - a.2)** Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;
 - a.3)** Declaração de Proposta Independente (DPI).

10.4 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos através do campo de "anexos" do sistema COMPRASNET, em formato de arquivo aceito pelo sistema, 56



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA ESTADO DE MATO GROSSO

via e-mail para o endereço eletrônico **pregao@aguaboa.mt.gov.br** no prazo de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação do Pregoeiro.

10.4.1 - Os documentos remetidos via e-mail deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da solicitação do Pregoeiro, à Prefeitura Municipal, Setor de Licitações e Contratos, Avenida Planalto nº 410, Centro, CEP: 78.635-000, Água Boa-MT.

10.4.2 – Após o encaminhamento dos documentos solicitados, dentro do prazo previsto no item acima, o licitante deverá encaminhar no e-mail **licitacao@aguaboa.mt.gov.br** o **CÓDIGO DE RASTREIO** dos correios para que a equipe de pregão acompanhe a entrega dos mesmos.

10.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

10.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

10.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.7 – A fim de verificar as condições de habilitação das licitantes, bem como as condições de participação previstas no Capítulo II deste Edital, o Pregoeiro deverá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, em especial os seguintes:

10.7.1 – SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

10.7.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

10.7.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

10.7.4 - Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8 – As consultas previstas no item anterior constituem meio legal de prova e serão realizadas em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

10.9 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.9.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.10 - O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

10.10.1 - Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO XI – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA.

11.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XII – DO RECURSO.

12.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de **20 (vinte) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

12.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

12.2 - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

12.3 – Admitido o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

12.4 - Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Prefeito Municipal, nos termos do art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

12.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Prefeito Municipal de Água Boa-MT.

13.2 – A homologação deste Pregão compete ao Prefeito Municipal de Água Boa-MT.

13.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado por item à vencedora do certame.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

15.1 – Após homologado o resultado deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.1.1 – A Prefeitura Municipal de Água Boa-MT poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 15.1.

15.1.2 – O prazo poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.

15.2 – A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva.

15.3 – Os registros se farão da seguinte forma:

15.3.1 – Na ata os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

15.4 – No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

15.5 – A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após publicada no Diário da AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios.

15.5.1 – A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

15.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.7 - Nas hipóteses previstas pelos subitens 15.4, deverá ser observado o disposto no Capítulo X – Da Aceitabilidade da Proposta e no Capítulo XI – Da Habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

16.1 – A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após publicada no Diário da AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CAPÍTULO XVII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO.

17.1 – A Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, localizado na Avenida Planalto nº 410, Centro, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

17.2 – Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT– Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 7.892/2013.

17.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas e que a soma de todas as adesões não ultrapasse 5 (cinco) vezes a quantidade registrada para cada item.

17.4 – Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão aderente poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço, por órgão, até o limite estabelecido no item 17.3.

17.5 – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

17.5.1 – O prazo referido no item 17.5 poderá ser prorrogado, mediante autorização excepcional e justificada da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, desde que respeitado o prazo de vigência da ata, nos termos do inciso XI do artigo 5º do Decreto nº 7.892/2013.

17.6 – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CAPÍTULO XVIII – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

18.1 – A Secretaria de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, será a UND responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados, e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

18.2 – A convocação do fornecedor beneficiário pela Prefeitura Municipal de Água Boa-MT será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar a respectiva nota de empenho e atender ao pedido.

18.3 – O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

18.4 – Quando comprovada a hipótese acima a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, na forma dos itens 15.2 e 15.3 deste edital, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CAPÍTULO XIX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS.

19.1 – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013.

19.2 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

CAPÍTULO XX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO.

20.1 – O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

20.1.1 – a pedido, quando:

20.1.1.1 – comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

20.1.1.2 – o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do fornecedor beneficiário ocorra antes do pedido de fornecimento por parte da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.

20.1.2 – por iniciativa da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, quando:

20.1.2.1 – o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

20.1.2.2 – perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

20.1.2.3 – por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

20.1.2.4 – não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.5 – não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.6 – caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

20.1.2.7 – o fornecedor beneficiário sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

20.1.3 – Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

20.2 – A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

20.2.1 – por extinção da totalidade do seu objeto; e

20.2.2 – quando não restarem fornecedores registrados.

CAPÍTULO XXI – DA NOTA DE EMPENHO.

21.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT poderá convocar o fornecedor beneficiário para retirada da nota de empenho, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.1.1 – A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assinar a Ata de Registro de Preço após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, observada a ordem de classificação.

21.2 – Por ocasião da Ata de Registro de Preço, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

21.3 – A nota de empenho, vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 024/2018, constante do Processo nº 032/2018 e da proposta vencedora.

21.4 – A contratada obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

21.5 – Para a retirada da nota de empenho referida no item 21.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

21.5.1 – Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail) ou via fax, desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 21.1, o recebimento da mesma.

21.5.1.1 – O fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.

21.6 – A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

CAPÍTULO XXII – DA FORMA DE PAGAMENTO.

22.1 – O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar da data do recebimento definitivo, mediante a apresentação do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

acompanhada da nota de empenho, ficando condicionado ao termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, conforme item 16.2 do edital.

22.2 – Caberá à contratada apresentar, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas no Capítulo XX.

22.3 – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da contratada.

22.4 – Havendo vício a reparar em relação à Ata de Registro de Preço apresentada ou em caso de descumprimento pela contratada de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 15.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

22.5 – Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes.

CAPÍTULO XXIII – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

23.1 – O objeto do presente Pregão deverá ser entregue pela contratada na Prefeitura Municipal, Avenida Planalto nº 410, Centro, CEP: 78.635-000, Água Boa-MT.

23.2 – Efetivada entrega, o objeto será recebido:

I - provisoriamente, pelo órgão recebedor do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações; e

II - definitivamente, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto.

23.3 – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos da Lei nº 8.666/1993.

23.3.1 – Para os fins previstos neste item a contratada deverá protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

CAPÍTULO XIV - DA FISCALIZAÇÃO.

24.1 – Caberá aos gestores designados pela Secretaria de Saúde, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do fornecimento do objeto.

CAPÍTULO XV – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES.

25.1 – A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO XVI - DA RESCISÃO.

26.1 – A inexecução total ou parcial do ajuste enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

26.2 – A rescisão do ajuste poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT; ou

III - judicial, nos termos da legislação.

26.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

26.4 – Os casos de rescisão do ajuste deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.5 – A Prefeitura Municipal de Água Boa-MT é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CAPÍTULO XXVII – DAS PENALIDADES.

27.1 – A licitante que, convocada para assinatura da Ata de Registro de Preço, no prazo estabelecido no item 14.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

27.2 - Caso a adjudicatária não cumpra o estabelecido no item anterior, a Prefeitura Municipal, convocará as licitantes remanescente observada a ordem de classificação.

20.3 - As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no item 14.1.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preço, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 20.1.

27.4 - Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, bem como estará sujeita ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste, se contratada, ou sobre o valor total de sua proposta, se licitante, sem prejuízo das demais cominações legais.

27.5 - Pelo atraso injustificado na execução do ajuste ou pela sua inexecução total ou parcial, a contratada ficará também sujeita à penalidade de multa, aplicada da seguinte forma:

27.5.1 - O atraso injustificado na execução deste ajuste sujeitará a contratada à multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

27.5.2 - A não apresentação da documentação prevista no item 15.2 sujeitará a contratada à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do item 20.7.

27.5.3 - Findo o prazo dos subitens 20.5.1 e 20.5.2 será aplicada a multa cumulativa de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, observando-se os critérios constantes do item 20.7.

27.6 - Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 20.4 e 20.5 deste edital, a nota de empenho poderá, a qualquer tempo, ser cancelada, sem prejuízo das demais sanções.

27.7 - Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

I – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

II – a não reincidência da infração;

III – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

IV – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e

V – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

27.8 – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

27.9 – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no item 20.7.

27.10 - A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

27.11 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27.12 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XXVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

28.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **licitacao@aguaboa.mt.gov.br**, até às 16h, no horário de Brasília-DF.

28.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

28.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

28.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **licitacao@aguaboa.mt.gov.br**, até às 16h, no horário de Brasília-DF.

28.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XXIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

29.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

29.2 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

29.3 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

29.4 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

29.5 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

29.6 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

29.7 – Não poderá a contratada veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente edital, salvo autorização específica da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.

CAPÍTULO XXX – DO FORO

30.1 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da cidade de Água Boa-MT.

Água Boa-MT, 04 de outubro de 2018.

Ivania Cezira Volpi
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 202/2018
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 024/2018.

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1 – INTRODUÇÃO.

1.1 - O município de Água Boa, Estado de Mato Grosso pretende contratar, com base na Lei nº. 8.666/1993, na Lei nº. 10.520/2002, e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes ou outras que vierem a substituí-las, a Futura e eventual aquisição de computadores, projetor multimídia (datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas neste Termo de Referência deste Edital de licitação.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO, SUA NATUREZA E VIGÊNCIA.

2.1 - Como rege a Lei nº. 8.666/93, aquisição desses equipamentos para a Prefeitura de Água Boa-MT, de acordo com o Termo de Referência, não têm natureza continuada, sendo necessária a realização de procedimento licitatório anualmente.

2.2 - A aquisição é para atender a emenda parlamentar nº 11802.719000/1170-02 e as necessidades da Secretarias Municipal de Saúde mantendo as condições das atividades da secretaria no atendimento aos usuários, promovendo assim os serviços oferecidos de qualidade, responsável e humanizada, com equipamentos e recursos adequados.

2.3 - A Presente contratação **não** é de natureza continuada.

2.4 - A vigência da Ata de Registro de Preço é de 12 meses, a contar da data da assinatura da mesma.

2.5 - O fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado no Município de Água Boa-MT, em até de **30 (trinta)** dias da ordem de fornecimento.

2.6 - Todos os equipamentos deverão ser novos, sem uso, sem reforma ou recondicionamento, em linha de produção pelo fabricante, com garantia mínima de 12 meses.

2.7 - Correrão por conta da Empresa CONTRATADA todas as despesas como: seguros, frete, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários dos funcionários, materiais e outros decorrentes da execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

3 – OBJETO, QUANTIDADES ESTIMADAS.

3.1 - A Futura e eventual aquisição de computadores, projetor multimídia (datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT, de acordo com o Termo de Referência, conforme segue:

ITEM	COD. ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	VALOR TOTAL
01	34222	150107	APARELHO DVD: com controle remoto, porta USB, reprodução DVD/CD/CD-R/VCD/SVCD/DVCD/JPG/MP3, bivolt, dentro da linha de produção.	UND	3	160,16	480,48
B	33112	98191	NOTEBOOK: computador portátil, com processador core I5 7ª geração ou similar ou superior, disco rígido de no mínimo 500GB ou superior, velocidade de rotação 7.200RPM, unidade combinada de gravação de disco ótico CD/DVD ROM, memória RAM de 8GB, do tipo SDRAM, DDR4 2.133MHZ, Tela LCD mínimo 15 polegadas widescreen para suportar resolução 1600x900 pixels, teclado padrão ANBT2, mouse touchpad com 2 botões integrados, interfaces de rede 10/100/1000, conector RJ-45 fêmea e wifi padrão IEEE 802.11a/B/G/N, sistema operacional Windows 10 pro (64 bits) original, instalado e ativado constando na nota fiscal do equipamento, bateria recarregável do tipo ION de lítion com no mínimo de 6 células, fonte externa automática compatível com o item, possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 01 HDMI ou display porte e 01 VGA, leitor de cartão, WEBCAM FULL HD (1080P), maleta acolchoada para acondicionamento do equipamento.	UND	1	3.413,00	3.413,00
03	34225	107603	IMPRESSORA DE CODIGOS DE BARRAS: com tecnologia térmica direta, conectável a computadores, resolução de 200DPI, cortador de fita, compatível com rolo contínuo e largura de impressão máxima 140mm, suportar código de barras em EAN 128,	UND	2	1.480,09	2.960,18



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

			suportar sistema operacional Windows em todas as versões 2000/XP/VISTA/7 e GNU-LINUX KERNEL 2.6, Interface USB e serial RS232, voltagem bivolt ou acompanhada de conversor de voltagem compatível com a potência do equipamento fornecido.				
04	33896	127906	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL: (copiadora, scanner e fax), com tecnologia LASER ou LED, padrão de cor monocromático, tipo multifuncional, (imprime, copia, digitaliza, fax), memória 128MB, resolução de impressão 600x600DPI, resolução de digitalização 1200x1200DPI, resolução de cópia 600x600, velocidade de impressão 30ppm, preto e branco, capacidade da bandeja 150 páginas, ciclo mensal 30.000 páginas, fax 33.6 KBPS opcional, interfaces USB, rede ethernet 10/100 e wifi 802.11 B/G/N, frente e verso, automático.	UND	6	2.613,00	2.613,00
05	34226	150564	IMPRESSORA MATRICIAL: do tipo matriz de pontos de 80 colunas e 9agulhas, velocidade 680 CPS a 12 CPP ou superior, alimentação formulários contínuos, ciclo mensal 2.500 formulários ou superior, interface USB e paralela.	UNID	1	3.466,66	3.466,66
06	34227	150267	LEITOR DE CODIGOS DE BARRAS: Tipo pistola manual com feixe de luz bidirecional, fonte de luz laser 650NM, indicador sonoro de leitura, velocidade de leitura de 100 linhas por segundo, capacidade de ler etiquetas de códigos de barras com 16cm ou mais de largura, capacidade de decodificação dos códigos: UPC/EAN, UPC/EAN com complementos, UCC/EAN 128, código 39, código 39 FULL ASCII, código 39 trioptic, código 128 FULL ASCII, codabar, intercalado 2 d e5, discreto 2 de 5, código 93, MSI, código 11, possuir interface minimamente USB.	UND	2	164,33	328,66



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

7	33368	66338	MICROCOMPUTADOR: completo, cor preta, mouse ótico 1200DPI UBS, teclado ergonômico padra ABNT2, monitor 21,5 LED FULLHD com porta VGA/DVI e HDMI, processador INTEL CORE I5-8400 (2.8 GHZ expansível até 4GHZ, cache de 9MB), ou similar ou superior, com Sistema operacional Windows 10 pro (64 bits) original, instalado e ativado constando na nota fiscal do equipamento, memória RAM 8GB, DDR4, 2400MHZ ou superior, disco rígido (HD) SATA 3 de 1TB, (7200RPM), placa mãe compatível com os componentes citados acima q eu contenham as especificações a seguir: 2 portas frontais, 3 portas USB, 1 entrada de microfone, 1 entrada fone de ouvido, 4 portas traseiras, , 3 portas USB, 2 portas USB 2.0, 1 entrada HDMI, unidade óptica, gravador e leitor de CD/DVD, áudio, placa de som integrada, conectividade, placa de rede wireless 802.11N, placa de ethernet (10/100/1000-RJ45), fonte de alimentação 460 watts, voltagem 100.240 volts AC bivolt.	UND	13	3.017,06	39.221,78
8	34228	419499	NOBREAK: Com potência nominal de 3,2KVA, de entrada 115/127/220VOLTS, (em corrente alternada) com mutação automática, tensão de saída 110VOLTS, possuir no mínimo 06 tomadas de saída padrão brasileiro, alarmes audiovisuais, interface RS232 eUSB, gerenciamento por software (proprietário), alarmes audiovisual, forma de onda senoidal pura, autonomia a plena carga mínimo 15 minutos.	UND	10	3.9430,67	39.436,70
9	33111	419499	NOBREAK: Potência nominal de 1,2KVA, potência real mínima de 600W, tensão entrada 115/127/220VOLTS, (em corrente alternada) com mutação automática, tensão de saída 110VOLTS, alarmes	UND	5	517,50	2.587,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

			audiovisual, bateria interna selada, autonomia a plena carga mínimo de 15 minutos, considerando consumo de 240watts, possuir no mínimo 6 tomadas de saída padrão brasileiro.				
10	26299	150675	PROJETOR MULTIMÍDIA (Datashow): 2600 lumens, 215 polegadas, com controle remoto IR, tecnologia LCD, com matriz ativa TFT, com 16 milhões de cores, resolução mínima nativa de 1024x768 e compatibilidade 16:9, interfaces de comunicação, sendo 1 (uma) VGA e 1 (um) HDMI, entrada USB, alto falante integrado no projetor com no mínimo de 1w de potência, alimentação automática 100-120v, 220-240v, cabo de alimentação, cabo VGA, manual de usuário, suporta apresentação a partir de um pendrive direto no projetor (sem uso do pc).	UND	1	2.132,75	2.132,75
11	4110	238497	TELA DE PROTEÇÃO RETRÁTIL: Em plástico, projeção (2,00x2,00) com tripé retrátil manual, estojo em alumínio com pintura eletrostática resistente a riscos e corrosões, poste central com resistência e sustentação suficiente para atender a especificação da tela citada acima, superfície de projeção do tipo matte White (branco opaco) ou similar, que permita ganho de brilho e bordas pretas, que permita o enquadramento da imagem.	UND	1	772,55	772,55

3.2 - Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

4 - ESTIMATIVA DE DESPESA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

4.1 - Com base em informações obtidas na cidade de Água Boa e região, para a média do preço praticados e nos orçamentos de empresas do ramo, verificou-se que o valor total estimado dos equipamentos, objeto do presente Edital é de: **R\$ 110.478,26 (cento e dez mil, quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos).**

4.2 - O pagamento efetuar-se-á por intermédio de transferência em conta bancária da contratada.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

4.3 - As Notas Fiscais referentes ao pagamento dos produtos/materiais/equipamentos deste Processo devem ser emitidas no CNPJ: 11.802.719/0001-62 Fundo Municipal de Saúde.

4.4 - No que se refere ao valor estimado de consumo deste Município, as despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta do sistema de registro de preço.

Água Boa-MT, 04 de outubro de 2018.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA
ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 202/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 024/2018.

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Nome da Empresa: CNPJ:

Endereço: Tel/Fax:

E-mail:

Validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL	MARCA
1						
2						

DADOS PARA PAGAMENTO

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Data, CPF e Assinatura do responsável pela empresa.

OBS: DEVERÁ SER APRESENTADA AO PREGOEIRO DENTRO DO ENVELOPE Nº.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 202/2018

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 024/2018.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. ____/2018.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços Futura e eventual aquisição de microcomputadores, projetor de imagem (Datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas neste Termo de Referência do Edital de licitação.

O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, O **Município de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal, Sr. **Mauro Rosa da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 2.019.647 SSP/GO e do CPF nº. 333.126.801-15, residente e domiciliado a Rua B, 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, estabelecida _____, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor _____, Brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua _____, Carteira de Identidade nº. _____, CPF nº. _____, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA**, resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 2.455/2013, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº. 202/2018, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para Futura e eventual aquisição de microcomputadores, projetor de imagem (Datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência do Edital de licitação, pelo período de 1 ano, com os valores definidos no item 2 desta ata.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para a Futura e eventual aquisição de microcomputadores, projetor de imagem (Datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme segue:

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL	MARCA
1						
2						

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15, § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4º da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.3 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Para o fornecimento do objeto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e poderá (órgão gerenciador) providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.4 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados, em conformidade com o art. 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

4.4.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.4.2 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;
- b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;
- c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

- a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

- b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;
- c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;
- e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 2.455/2013.

6.2 - O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo 'endereço'), os serviços registrados.

7.2 – O prazo para a entrega do produto, objeto desta Ata de Registro de Preço é de até **30 (trinta)** dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.3 - As Notas Fiscais referentes ao pagamento dos produtos/materiais/equipamentos, referente a Secretaria de Saúde devem ser emitidas no **CNPJ: 11.802.719/0001-62** Fundo Municipal de Saúde.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal 1.823/2006, Decreto Municipal nº. 2.455/2013, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 024/2018e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 202/2018.

10.3 - Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Água Boa.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Água Boa, ____ de _____ de 2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA:

MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA
Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO:

Proprietária

TESTEMUNHAS:

Fabio Tadeu Weiler
CPF: 587.591.070-49

Ivania Cezira Volpi
CPF: 622.198.981-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA
ESTADO DE MATO GROSSO

ANEXO IV
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 202/2018
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 024/2018.

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/2018.

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO QUE
ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O
MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, E DE OUTRO
LADO, A EMPRESA
_____ PARA
AQUISIÇÃO DE _____, NOS
TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO Nº.
024/2018.

O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal, Sr. _____, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, residente e domiciliado, na cidade de Água Boa MT, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, localizada na(o) _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____, expedida pela SSP/____, CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, e de acordo com o constante no Processo nº. 098/2018, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/2018, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o disposto na Lei nº. 10.520/2002, na Lei nº. 8.666/1993, no Decreto nº. 2455/2013, nas demais legislações pertinentes, em suas alterações posteriores, ou em outros dispositivos legais que vierem a substituí-los, que as partes se sujeitam a cumprir, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O presente Contrato tem por objeto a aquisição de microcomputadores, projetor de imagem (Datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme segue.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA ESTADO DE MATO GROSSO

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL	MARCA
1						
2						

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE FORNECIMENTO.

2.1. A presente contratação decorreu do Processo Administrativo nº. 202/2018, na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 024/2018, sendo fundamentado e regido pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como pela Lei nº. 10.520/2002; como também faz parte integrante do processo e contrato à proposta de preços do licitante vencedor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1 - O valor global para o presente contrato referente a aquisição de _____ é de R\$ _____.

3.2 - O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

3.3 - As Notas Fiscais referentes ao pagamento dos produtos/materiais/equipamentos, referente a Secretaria de Saúde devem ser emitidas no **CNPJ: 11.802.719/0001-62** Fundo Municipal de Saúde.

3.4 - Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes.

3.5 - O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA indicada na proposta, por meio de ordem bancária, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6 - Caso a CONTRATADA seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

3.7 - Os preços são fixos e irredutíveis.

3.8 - Ultrapassado o prazo previsto para pagamento, os valores apresentados para pagamento serão corrigidos monetariamente, *pro rata tempore*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE FORNECIMENTO.

4.1 - A forma de fornecimento será realizada através da emissão da ORDEM DE FORNECIMENTO, a qual definirá ser executado por até 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS.

5.1 - A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, após a ORDEM DE FORNECIMENTO, em até **30 (trinta)** dias o objeto dela constante;

5.2 - Os objetos constantes da Cláusula Primeira deste ajuste deverão ser entregues sem custos de frete a CONTRATANTE, devendo ser recebidos na Av. Planalto, 410, centro na cidade de Água Boa ou a onde o Município indicar; e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do Art. 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.3 - Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição.

5.4 - Independente de qualquer declaração, o fornecedor responde solidariamente pelos vícios ou defeitos do produto, tendo em vista as regras emanadas do Art. 18 da Lei nº. 8.078/90.

5.5 - O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente em até 5 (Cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos serviços, no local e endereço indicados pela CONTRATANTE, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.

5.6 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

a.1) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

b.1) na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo imediato, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.7 - O recebimento do objeto dar-se-á imediatamente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações CONTRATADAS, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA.

6.1 – O prazo de fornecimento e de vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do presente, por 12 (doze) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

6.2 - Os prazos de fornecimento e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 57, da Lei nº. 8666/93.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

7.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo licitatório de Pregão Eletrônico nº. 024/2018 correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal, para o ano de 2.018, alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

7.2 - Ao final de cada exercício, havendo saldo e prazo do contrato o mesmo poderá ter o saldo anulado e o saldo será reempenhado no exercício seguinte.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

8.1 - Não será cobrada garantia para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

9.1 - São direitos e responsabilidades da **CONTRATADA**:

- a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- b) Os serviços da melhor qualidade, que deverá atender as especificações e normas técnicas; e fornecer os serviços, objeto desta licitação de acordo com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência;
- c) Executar o serviço imediatamente contados a partir da emissão da Ordem de Serviço;
- d) Providenciar a substituição imediata do serviço de que apresente inconsistência ou qualquer desacordo com o especificado no Termo de Referência, sem quaisquer ônus para o Município;
- e) Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.
- f) Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação.
- g) Responder, única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes do objeto, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato.

- h) Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

II – São direitos e Obrigações da CONTRATANTE.

- a) Supervisionar o serviço e se encarregar do aceite do objeto, as anotações e posterior comunicação de eventuais falhas nos mesmos;
- b) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, realizadas por cada Secretaria competente.
- c) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento.
- d) Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.
- e) Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do serviço ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.
- f) Efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.
- g) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; respeitados os direitos da CONTRATADA.
- h) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES CABIVÉIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

10.1 - O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

- a) de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia que excede o prazo final de entrega do objeto deste Contrato, até o trigésimo dia; e
- b) de 1% (um por cento) por dia de atraso, após o prazo da alínea anterior.

10.2 - As multas acima referidas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA ESTADO DE MATO GROSSO

I) **ADVERTÊNCIA** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e, a despeito delas, a regular prestação dos serviços não ficar inviabilizada;

II) **MULTA MORATÓRIA** de 0,3% (zero vírgula três por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas até 30 (trinta) dias, e 1% (um por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, após 30 (trinta) dias;

III) **MULTA COMPENSATÓRIA** de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o valor total do Contrato, em razão da inexecução total ou parcial do ajuste firmado, podendo esse valor ser descontado de pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobrado administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente;

IV) **SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

V) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.4 - As sanções previstas nas alíneas I, II, IV e V do Item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea III, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 87, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.5 - Outras penalidades poderão ser aplicadas em função da natureza da infração, de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

10.6 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- b) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa;
- e) cometer fraude fiscal; e
- f) falhar ou fraudar a execução do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

10.7 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.8 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.9 - A recusa sem motivo justificado do convocado em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido neste Instrumento, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NOS CASOS DE RESCISÃO

11.1 - Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das Partes, mediante notificação por escrito, garantido o contraditório e a ampla defesa pelo descumprimento de quaisquer Cláusulas ou condições que integram este Instrumento.

11.2 - Rescinde-se este Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

I - lentidão do seu cumprimento ou entrega de materiais com especificações diversas daquela constante da Proposta de Preços, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da execução no prazo e nas condições estipuladas;

II - atraso injustificado da CONTRATADA no início dos fornecimentos;

III - paralisação dos fornecimentos sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

IV - subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

V - ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada, impeditiva do cumprimento das obrigações assumidas;

VI - dissolução da sociedade da CONTRATADA ou falecimento do seu Titular, no caso de firma individual; e

VII - insolvência da CONTRATADA, caracterizada pelo protesto de títulos ou pela emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Exceto nos casos previstos nos incisos V e VI, desta Cláusula, a rescisão do Contrato acarretará para a CONTRATADA, além das penalidades cabíveis, as seguintes consequências:

a) responsabilidade civil por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes até a apuração e o ressarcimento de seus débitos para com a CONTRATANTE.

11.3 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

11.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

12.1 – Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Código Civil Brasileiro, em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do Direito.

12.2 - Integram este Instrumento contratual, independentemente de transcrição:

- a) Pregão Eletrônico n.º 024/2018 e seus Anexos; e
- b) Documentos de Habilitação e Proposta de Preços da CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

13.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORNECIMENTO.

14.1 – A fiscalização do fornecimento do objeto, será exercida por servidor credenciado por cada Secretaria competente, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

14.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

14.3 – Todas as ORDENS DE FORNECIMENTO, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

14.4 – Da(s) decisão(ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

15.1 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de QUANTIDADES ou especificações na execução dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

15.2 – A CONTRATADA somente poderá subcontratar a execução do objeto com a prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos serviços executados pela subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

15.3 – As prorrogações do prazo de execução do objeto serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

15.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes no Art. 65 da Lei nº. 8.666/93; sendo que, os quantitativos de fornecimento poderão sofrer alterações em virtude de acréscimos ou supressões, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o art. 65, §1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO.

16.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato.

16.2 – E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (Duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Água Boa – MT, _____ de _____ de 2.018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:
Nome:
CPF nº.:

Assinatura:
Nome:
CPF nº.:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA BOA MT

AGUA BOA - MT, AVENIDA PLANALTO, Nº 410, CENTRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000183/2018

Modalidade Nr.: 00000023/2018

Modalidade: Pregão

Data da Adjudicação: 09/11/2018

Data da Homologação: 09/11/2018

Objeto da Licitação: SOLICITAMOS A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Unid.	Marca	Qtd.	Vir. Unitário	Total
61597 - PAWTEC COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA					
CNPJ: 28.467.296/0001-74					
34045 MICROCOMPUTADOR - COM PROCESSADOR INTEL CORE I7-7700, HD 1TB, MEMORIA 16GB DDR4, PLACA DE VIDEO	UN - UNIDADE	LIKETEC ADVANCED I7-	5,0000	4.982,4700	24.912,35
Total Fornecedor:					24.912,3500
61600 - OPALUS TECNOLOGIA EIRELI.					
CNPJ: 10.407.921/0001-27					
34031 NOTEBOOK - PROCESSADOR MINIMO I5 6200U ATÉ 2.8 GHZ, 6º GERACAO E 3MB CACHE, 8GB DE RAM E 1TB DE	UN - UNIDADE	ACER ASPIRE A515-51-	45,0000	2.950,0000	132.750,00
Total Fornecedor:					132.750,0000
61602 - PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO EIRELI					
CNPJ: 30.282.572/0001-71					
32904 MICROCOMPUTADOR, COM PROCESSADOR INTEL CORE I5-6400, HD 1TB, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR	UN - UNIDADE	GP GOLD VERSAO BASI	151,0000	2.787,8800	420.969,88
34046 NOTEBOOK - I7-7500U, 16GB MEMORIA, TELA 15.6", HD 1TB, PLACA DE VIDEO DEDICADA 4GB	UN - UNIDADE	ACER	4,0000	5.840,0000	23.360,00
Total Fornecedor:					444.329,8800
Total Geral:					601.992,2300

AGUA BOA, Sexta-feira, 9 de Novembro de 2018





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA BOA MT

AGUA BOA - MT, AVENIDA PLANALTO, Nº 410, CENTRO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Pregoeiro(a), no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela legislação vigente, tendo em vista o decorrer de todos os prazos legais, resolve:

ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000183/2018

Modalidade Nr.: 00000023/2018

Data da Adjudicação: 09/11/2018

Objeto da Licitação: SOLICITAMOS A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Unid.	Marca	Qtd.	Vir. Unitário	Total
61597 - PAWTEC COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA					
CNPJ: 28.467.296/0001-74					
34045 MICROCOMPUTADOR - COM PROCESSADOR INTEL CORE I7-7700, HD 1TB, MEMORIA 16GB DDR4, PLACA DE VIDEO	UN - UNIDADE	LIKETEC ADVANCED I7-	5,0000	4.982,4700	24.912,35
Total Fornecedor:					24.912,3500
61600 - OPALUS TECNOLOGIA EIRELI					
CNPJ: 10.407.921/0001-27					
34031 NOTEBOOK - PROCESSADOR MINIMO I5 6200U ATÉ 2.8 GHZ, 6ª GERAÇÃO E 3MB CACHE, 8GB DE RAM E 1TB DE	UN - UNIDADE	ACER ASPIRE A515-51-	45,0000	2.950,0000	132.750,00
Total Fornecedor:					132.750,0000
61602 - PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO EIRELI					
CNPJ: 30.282.572/0001-71					
32904 MICROCOMPUTADOR, COM PROCESSADOR INTEL CORE I5-6400, HD 1TB, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR	UN - UNIDADE	GP GOLD VERSAO BASI	151,0000	2.787,8800	420.969,88
34046 NOTEBOOK - I7-7500U, 16GB MEMORIA, TELA 15.6", HD 1TB, PLACA DE VIDEO DEDICADA 4GB	UN - UNIDADE	ACER	4,0000	5.840,0000	23.360,00
Total Fornecedor:					444.329,8800
Total Geral:					601.992,2300

Encaminho o referido processo para análise e homologação.

AGUA BOA, Sexta-feira, 9 de Novembro de 2018





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA


ESTADO DE MATO GROSSO

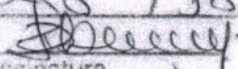
353

RESULTADO DE LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 023/2018

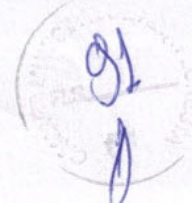
O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 15/10/2018 licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 023/2018, que teve como vencedores as empresas: Opalus Tecnologia Eireli, CNPJ: 10.407.921/0001-27, Pawtec Comercio de produtos de Informatica LTDA, CNPJ: 28.467.296/0001-74, PSA Tecnologia e Distrinuição EIRELI, CNPJ: 30.282.572/0001-71.

Água Boa, 31 de outubro de 2018.


Ivania Cezira Volpi
Pregoeira

PUBLICADO NO MURAL DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL	
Em:	31/10/18
Reg. Nº:	728/18
 Assinatura	

Av. Planalto, nº 410 – Centro – CEP 78635-000 – Água Boa – MT
Fone: (66) 3468-6400 – Fax: (66) 3468-6432
Site: www.aguaboa.mt.gov.br - e-mail: prefeitura@aguaboa.mt.gov.br
CNPJ 15.023.898/0001-90





361

1

1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA
ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO FINAL

Processo/Ano: 1213/2018
Modalidade: Pregão Presencial
Nº da Licitação: 183/2018 Modalidade nº. 23/2018

Análise jurídica:

O exame deste Procurador se dá nos termos da Lei, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de competência do cargo, com teor elucidativo não vinculativo da Autoridade Competente.

Sublinhe-se que a presente apreciação restringe-se ao atendimento das exigências legais do Processo Licitatório em tela.

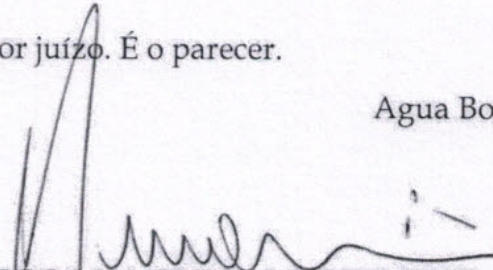
Assim, embasada no art. 38 da Lei 8.666/93, verifico que foi obedecida a legislação aplicável e subsidiariamente a Lei de Licitações, no que cabe analisar, a fase externa foi concluída em conformidade com a legislação, com interposição de recurso, estando apto a homologação.

Conclusão:

Do exposto, restrita aos aspectos jurídico-formais, tendo em vista a conformidade da presente licitação com a Lei que a rege, bem como com a que disciplina as Licitações de modo geral, OPINO pela homologação da presente licitação.

Salvo melhor juízo. É o parecer.

Água Boa - MT, 31/10/2018.


DIEGO MAYOLINO MONTECCHI
PROCURADOR DO MUNICÍPIO

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO – EIRELI**INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO**

PAULO SÉRGIO DE ANDRADE, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF sob nº 584.950.969-00, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 4.240.036-0 do Instituto de Identificação do Paraná, residente e domiciliado na Rua Coronel Saldanha, 1470 – Centro – CEP 85010-130 – Guarapuava – Paraná, constitui uma EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A empresa girará sob o nome empresarial de: **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO – EIRELI**.

Cláusula Segunda - Terá a sede e domicílio na Rua Presidente Getúlio Vargas, 1107 – sala 03 – Centro – CEP 85.010-280 – Guarapuava – Paraná.

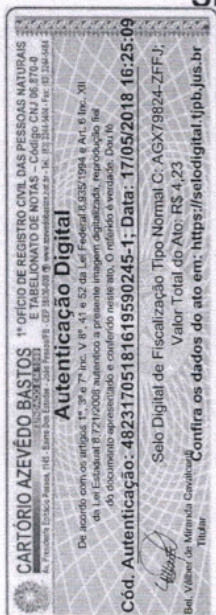
Cláusula Terceira – O capital social será de R\$=95.400,00 (noventa e cinco mil e quatrocentos reais) dividido em 9.540 (nove mil, quinhentas e quarenta) quotas de valor nominal de R\$=10,00 (dez reais) cada, totalmente integralizadas neste ato em moeda corrente do País, pelo empresário.

Cláusula Quarta – O objeto social da EIRELI será: Fabricação de equipamentos de informática. Comércio varejista de equipamentos, suprimentos, peças e acessórios para informática, materiais para escritório, artigos de papelaria, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares, artigos fotográficos e cinematográficos e gêneros alimentícios. Prestação de serviços de instalação e manutenção de equipamentos de informática e representação comercial.

Cláusula Quinta – A EIRELI iniciará suas atividades em 11 de abril de 2018 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Sexta – A responsabilidade do titular é restrita ao valor se suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima – A administração da EIRELI caberá ao titular **PAULO SÉRGIO DE ANDRADE** com os poderes e atribuições de ADMINISTRADOR, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da EIRELI.



PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO – EIRELI

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO

§ 1º - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§ 2º - Poderão ser designados administradores não titular, na forma prevista no art.º 1.061 da Lei 10.406/2002.

Cláusula Oitava – O titular da EIRELI declara, sob as penas da Lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

Cláusula Nona – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima – A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pelo titular.

Cláusula Décima Primeira – O empresário poderá fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda – Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesses destes o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – o mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

Cláusula Décima Terceira – O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas



deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.



PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO – EIRELI

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO

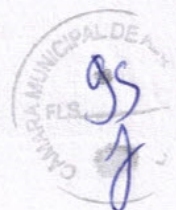
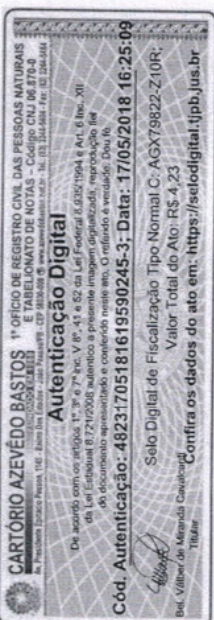
de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta - Fica eleito o foro de Guarapuava – PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

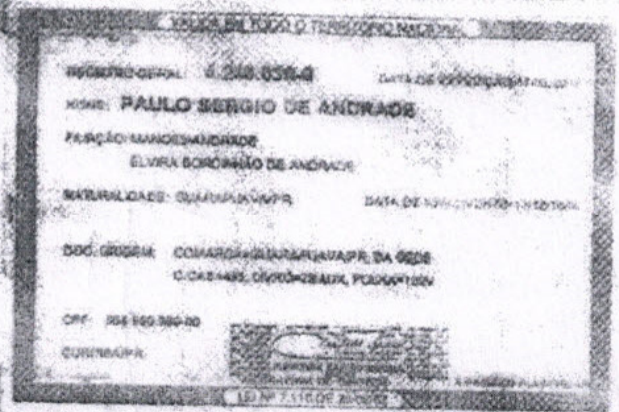
E, por estar assim justo e contratado, lavra, data e assina o presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI, em 01 (uma) via, obrigando-se fielmente a cumpri-lo em todos os seus termos.

Guarapuava-PR, 11 de abril de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ANDRADE



deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.





ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇAS

Empresa ▶▶ **Fácil**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

Número 34825-6

Nome Fantasia:

Razão Social: PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO - EIRELI

CNPJ: 30.282.572/0001-71

Atividade Principal: 2621-3/00 - Fabricação de equipamentos de informática

Atividade(s) Secundária(s): 4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação, 9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos, 4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, 4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, 4789-0/07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório, 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria, 4789-0/08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem, 4619-2/00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado, 4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários

Município: Guarapuava **Endereço:** RUA RUA Presidente Getúlio Vargas, 1107, SALA 03,, Centro

Local e data: Guarapuava, quinta, 13 de junho de 2019

Vencimento: sábado, 16 de maio de 2020

DIOCESAR COSTA DE SOUZA
Secretaria Municipal de Finanças

Código de Autenticidade: 19OAL0XS9V

EMITIDO ELETRONICAMENTE PELO EMPRESA FÁCIL PARANÁ

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 30.282.572/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/04/2018
NOME EMPRESARIAL PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 26.21-3-00 - Fabricação de equipamentos de informática			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado 47.29-8-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)			
LOGRADOURO R PRESIDENTE GETULIO VARGAS	NUMERO 1107	COMPLEMENTO SALA 03	
CEP 85.010-280	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO GUARAPUAVA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO PA1312@HOTMAIL.COM		TELEFONE (42) 8431-4332	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/04/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/04/2019 às 08:09:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta OSA / Capital Social

Voltar



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA

OFÍCIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL
AVENIDA MANOEL RIBAS Nº 500 - FORUM ESTADUAL - VILA
SANTANA
GUARAPUAVA/PR - 85.070-18

TITULAR
NERY REGIANI DE MACEDO
JURAMENTADO
RAQUEL REGEANI DE MACEDO LUSTOZA

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição Ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

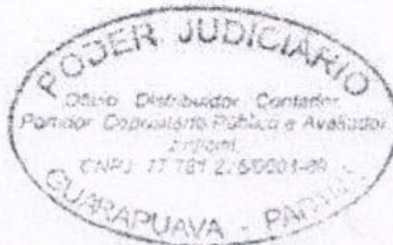
PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO EIRELI ME

CNPJ 30.282.572/0001-71, no período compreendido desde 02/01/1991, até a presente data.



GUARAPUAVA/PR, 18 de Abril de 2019

Raquel Regiani de Macedo Lustoza
RAQUEL REGEANI DE MACEDO LUSTOZA



Custas = R\$ 36,44

Página 0001/0001

Qualquer rasura ou entrelinha, tornará nula esta Certidão.





*Prefeitura da Estância Turística de Embu
das Artes
Estado de São Paulo*

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

A **PREFEITURA DO MUNICIPIO DE EMBU DAS ARTES**, inscrita no CNPJ 46.523.114/0001-17, localizada Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves – Centro – Embu das Artes SP – CEP 06803-900 vem através deste ATESTAR para os devidos fins a quem possa interessar que a **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI** CNPJ nº 30.282.572/0001-71 Endereço: Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 1107 - Sala 03 - Centro - Guarapuava/PR - Cep: 85010-280 Tel: (42) 3035-4433/ 3622-9796 E-mail: vendas01@gpggold.com.br Representante Legal para assinatura do contrato: Srº. PAULO SÉRGIO DE ANDRADE (Proprietário) RG nº 4.240.036-0 CPF nº 584.950.969-00, conforme contrato celebrado entre as partes através do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2018 – PROCESSO Nº 10.086/2018 – LICITAÇÃO Nº 724200 CONTRATO Nº 109/2018, é nosso fornecedor onde efetuou as entregas dos equipamentos abaixo apresentado através das notas fiscais nºs 081- DATA -10/10/2018 R\$163.168,97; NF. 072- DATA- 10/10/2018 R\$103.271,50; NF.066- DATA 04/10/2018 R\$103.271,50; NF.062- DATA 02/10/2018 R\$103.271,50.

Equipamento	Marca	Qtd
ITEM 2.1 – MICROCOMPUTADOR Computador (desktop-básico) especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; com processador no mínimo Intel Core i3 ou AMD A10 ou similar; possuir 1 (um) disco rígido de 500 gigabyte; memória Ram de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM DDR4 2.133 MHZ ou superior, operando em modalidade Dual Channel; a placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no site www.formfactors.org , organismo que define os padrões existentes, possuir pelo menos 01 (um) SLOT PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior, possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete; o adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 01 (um) gigabyte de memória, possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior, suportar monitor estendido,	GP GOLD/ PREMIUM II	229



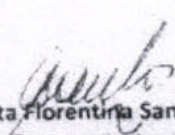


*Prefeitura da Estância Turística de Embu
das Artes
Estado de São Paulo*

possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos 01 (uma) digital do tipo HDMI, DISPLAY PORT ou DVI; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD ROM; teclado USB, ABNT2, 107 teclas (com fio) e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, Scroll (com fio); monitor de Led 19 polegadas (WIDESCREEN 16:9); interfaces de rede 10/100/1000 e wifi padrão IEEE 802.11 b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item; gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal; todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor; todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondiçãoamento; garantia de 12 meses.

Declaramos ainda que a referida empresa cumpriu corretamente com seu compromisso não havendo até a presente data, nenhuma ocorrência que a desabone, tendo a mesma cumprido satisfatoriamente os compromissos contratuais dos produtos fornecidos.

Prefeitura da Estância Turística de Embu, 29 (vinte e nove) de Outubro de 2018 (dois mil e dezoito)


Rita Florentina Santos

Assessora Orçamentaria e Financeira
Departamento de Contratos e Licitações
Secretaria de Saúde de Embu das Artes





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 30.282.572/0001-71

Certidão nº: 173483622/2019

Expedição: 04/06/2019, às 08:34:27

Validade: 30/11/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.282.572/0001-71**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 30.282.572/0001-71
Razão Social: PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO EIRELI
Endereço: R PRESIDENTE GETULIO VARGAS 1107 SL 03 / CENTRO /
GUARAPUAVA / PR / 85010-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/06/2019 a 18/07/2019

Certificação Número: 2019061904552334919324

Informação obtida em 04/07/2019 09:14:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

Secretaria Municipal de Finanças
Rua Brigadeiro Rocha, 2777 - Centro

CERTIDÃO NEGATIVA 18472 /2019

CONTRIBUINTE:PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI

CPF/CNPJ:30.282.572/0001-71

ENDEREÇO:R. PRESIDENTE GETULIO VARGAS Nº: 1107 CENTRO

FINALIDADE:Inexistência de Débitos

Certificamos para os devidos fins, atendendo solicitação, que o contribuinte acima identificado não possui débitos tributários pendentes junto a fazenda pública do Município de Guarapuava até a presente data.
Com a localização acima descrita, fica ressalvado o direito da fazenda Pública Municipal de cobrar débitos posteriormente constativos, mesmo referente ao período nesta certidão compreendido.

A presente certidão é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data de emissão da mesma.

Guarapuava, 04/07/2019

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE 819294832819294





Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 020095510-18

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 30.282.572/0001-71
Nome: **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 12/10/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI**
CNPJ: **30.282.572/0001-71**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:25:49 do dia 14/03/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/09/2019.

Código de controle da certidão: **29B8.7FCD.EEFB.65A5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI

Rua Getúlio Vargas 1107- sala 03 - Cep: 85010-280 - Centro / Guarapuava - PR
Fone-fax (42) 3035-4433 CNPJ: 30282572/0001-71 I.E. 90779210-25
www.gpgold.com.br



NOME DO LICITANTE: PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO-EIRELI

CNPJ: 30282572/0001-71

ENDEREÇO COMPLETO: RUA GETÚLIO VARGAS 1107-SALA 03 -CENTRO - GUARAPUAVA - PR - CEP: 85010-280

TELEFONE: 42 3622 9796 - FAX: 42 3622 9796

E-MAIL: paulosisterpel@hotmail.com

À
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA HABILITAÇÃO

Ao

Pregoeiro e equipe de apoio da CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

A EMPRESA PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO-EIRELI, CNPJ 30282572/0001-71, sediada na RUA GETÚLIO VARGAS 1107-SALA 03- BAIRRO CENTRO - GUARAPUAVA - PR - CEP: 85010-280, por intermédio de seu representante legal o Sr. PAULO SERGIO DE ANDRADE, Carteira de identidade n.º 4240036-0 SSP PR E CPF 584950969-00, declara sob as penas da lei que:

- Não se encontra impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública em qualquer de suas esferas;

- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Não possui, no seu Quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, em observância ao Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988;

Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90);

Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estamos sob o regime de empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

DECLARA, em atendimento ao Inciso VII, Art. 4º da Lei 10.520/2002, que encontra-se em situação regular perante a Fazenda, Seguridade Social - INSS e com o FGTS, atende às exigências do edital relativas a habilitação jurídica, qualificação técnica e econômica/financeira e conhece todo o conteúdo edital, cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Eletrônico nº.012/201/, previstos no edital e seus anexos e ainda que possui experiência na execução do objeto contratado.

Declara, sob as penas da lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato ou por qualquer meio ou por qualquer pessoa; (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, (d) que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

30 282 572/0001-71

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI

RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 1107
SALA 03 - CENTRO

CEP 85010-280 GUARAPUAVA - PR





PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI

Rua Getúlio Vargas 1107-sala 03 - Cep: 85010-280 - Centro / Guarapuava - PR
Fone-fax (42) 3035-4433 CNPJ: 30282572/0001-71 I.E. 90779210-25
www.gpgold.com.br

(e) que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

- Os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa

NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com SERVIDORES EFETIVOS INVESTIDOS DE CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO, OU EXERÇAM FUNÇÃO GRATIFICADA E AINDA QUE FAÇAM PARTE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS, SEJA PREGOEIRO E OU MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO, E DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA OU QUE EXERÇAM FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS ORIUNDO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, AGENTES POLÍTICOS, PREFEITO, VICE-PREFEITO E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DA CAMRA MUNICIPAL DE ALTA FLORES responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração.

Guarapuava Pr, 04/07/2019

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO-EIRELI
Representante Legal: PAULO SERGIO DE ANDRADE Cargo:
Administrador

RG 4240036-0 PR e do CPF n.º 584950969-00

30 282 572/0001-71

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI

RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 1107
SALA 03 - CENTRO

CEP 85010-280 GUARAPUAVA - PR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: *Selo Digital: ABC12345-X1X2*) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **03/06/2019 09:50:06 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1105231

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **30/10/2019 17:50:45 (hora local)**.

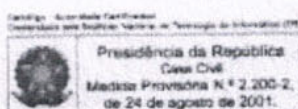
¹Código de Autenticação Digital: 48233010180853060486-1 a 48233010180853060486-2

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fê.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05ba834f20b014dc7d4b7e0d1d9d10fee14fa2d75a6fe1b019141d5aab19a8b3fa0f089a3bcf38d052f788
2d12b3923a82b2d6f898ae453644857381a68053553c



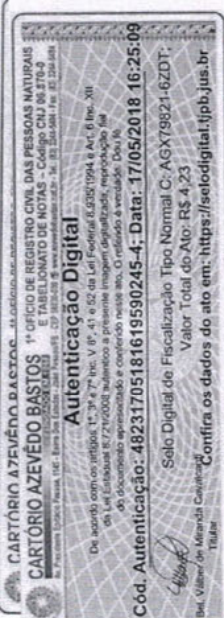


Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
 Secretaria de Racionalização e Simplificação
 Departamento de Registro Empresarial e Integração
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
 Junta Comercial do Estado do Paraná

TERMO DE AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI, assinado digitalmente, encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o número PRP1824900659.

Assinante(s)	
CPF/CNPJ	Nome
58495096900	PAULO SERGIO DE ANDRADE



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/04/2018 10:06 SOB Nº 41600698967.
 PROTOCOLO: 182121836 DE 19/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801525026. NIRE: 41600698967.
 PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO - EIRELI

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 24/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br



deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: *Selo Digital: ABC12345-X1X2*) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 05/09/2018 10:10:08 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 991061

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 24/05/2019 10:11:55 (hora local).

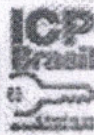
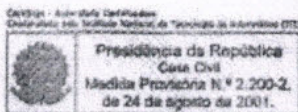
¹Código de Autenticação Digital: 48232205181718260395-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b12ebb5e4ca14232a18bbdd06af202bdfbb2d8fcddd259a4c5fbf860b1c9005620f089a3bcf38d052f788
2d12b3923a8209e11d4f03fa0a1033fe852335fa5b60





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 183/2018
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 023/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 184/2018.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços Futura e eventual aquisição de microcomputadores, projetor de imagem (Datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas neste Termo de Referência do Edital de licitação.

O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, O **Município de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal, Sr. **Mauro Rosa da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 2.019.647 SSP/GO e do CPF nº. 333.126.801-15, residente e domiciliado a Rua B, 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº. 30.282.572/0001-71, estabelecida Rua Getúlio Vargas, 1107 – Sala 03 Centro, Guarapuava - PR, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor Paulo Sérgio de Andrade, Brasileiro, empresário, Carteira de Identidade nº. 4.240.036-0, CPF nº. 584.950.969-00, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA**, resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 2.455/2013, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº. 183/2018, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

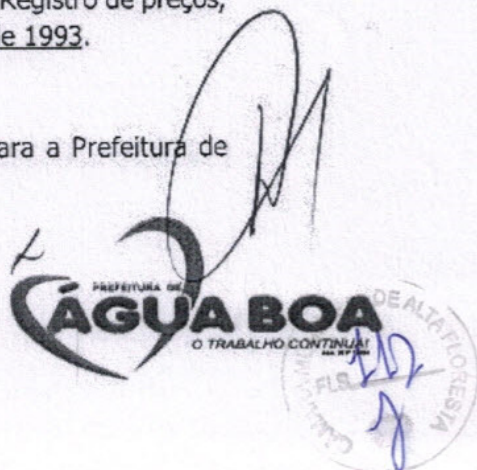
1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para Futura e eventual aquisição de microcomputadores, projetor de imagem (Datashow) e notebook para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência do Edital de licitação, pelo período de 1 ano, com os valores definidos no item 2 desta ata.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para a aquisição de Microcomputadores e Notebooks, para a Prefeitura de Água Boa-MT, conforme segue:





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

Código	Produto	Unidade	Marca	Qtd	Valor Unitário	Total
32904	MICROCOMPUTADOR, COM PROCESSADOR INTEL CORE I5-6400, HD 1TB, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR 18,5, WINDOWS 10 PROFISSIONAL	un - unidade	GP GOLD VERSAO BASIC	151	2.787,88	420.969,88
34046	NOTEBOOK - I7-7500U, 16GB MEMORIA, TELA 15.6, HD 1TB, PLACA DE VIDEO DEDICADA 4GB	un - unidade	ACER	4	5.840,00	23.360,00

TOTAL: R\$ 444.329,00 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil trezentos e vinte e nove reais)

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15, § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4º da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.3 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

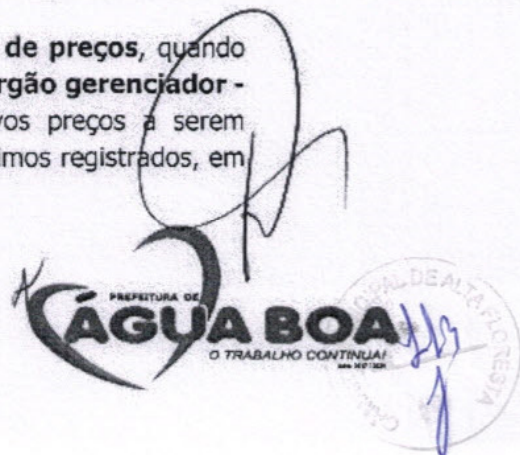
4 - DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Para o fornecimento do objeto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e poderá (órgão gerenciador) providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.4 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados, em conformidade com o art. 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

4.4.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.4.2 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

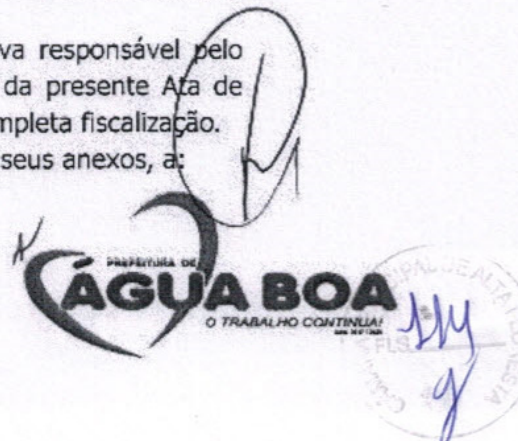
b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

- a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;
- b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;
- c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;
- e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO

6.1 - É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 2.455/2013.

6.2 - O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo 'endereço'), os serviços registrados.

7.2 - O prazo para a entrega do produto, objeto desta Ata de Registro de Preço é de até **30 (trinta)** dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.3 - As Notas Fiscais referentes ao pagamento dos produtos/materiais/equipamentos, referente a Secretaria de Saúde devem ser emitidas no **CNPJ: 11.802.719/0001-62** Fundo Municipal de Saúde.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ESTADO DE MATO GROSSO

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal 1.823/2006, Decreto Municipal nº. 2.455/2013, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 023/2018 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 183/2018.

10.3 - Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Água Boa.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Água Boa, 09 de novembro de 2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA
Mauro Rosa da Silva
Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO:

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI
Paulo Sérgio de Andrade

TESTEMUNHAS:

Fabio Tadeu Weiler
CPF: 587.591.070-49

Ivania Cezira Volpi
CPF: 622.198.981-72





CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Estado de Mato Grosso



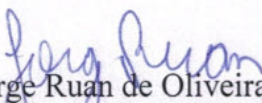
Memorando N.º63/2019. / CMAF/MT, em 03-julho-2019.

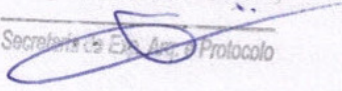
Da: Comissão Permanente de Licitação

Para: Sr. Alceu Braga Botelho – **Departamento de Contabilidade**

Ao cumprimentá-lo, solicito de Vossa Senhoria, Previsão Orçamentária na dotação – **0014 – 01.001.01.031.0001.2001.449052000000** no valor de **R\$ 19.242,12** (dezenove mil duzentos e quarenta e dois reais e doze centavos), processo n.º **181/2019**, para abertura de procedimento licitatório modalidade **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2019**, para **AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTO.** Sem outro objetivo para o momento, subscrevo.

Atenciosamente.


Jorge Ruan de Oliveira
PRESIDENTE DA C.P.L

CÂMARA MUNICIPAL
Recebido 03/07/19
Horas 12h:03

Secretaria de Ed. Arq. e Protocolo

Av. Ariosto da Riva, 2349 – Centro – CP 261 – CEP 78.580-000 – Alta Floresta-MT – Fone: (66) 3521-5030/5829 – Fax: 3521-3716
e-mail: licitacao@altafloresta.mt.leg.br site: www.altafloresta.mt.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA Estado de Mato Grosso



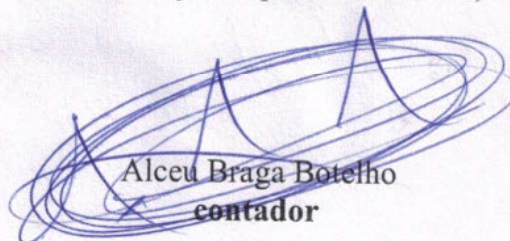
Memorando N.º64/2019. / CMAF/MT, em 04-julho-2019.

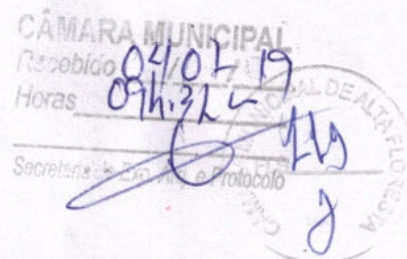
Da: Contabilidade

Para: Comissão Permanente de Licitação Sr. Jorge Ruan de Oliveira

Ao cumprimentá-lo, Vossa Senhoria, Confirmo a Previsão Orçamentária na dotação **-0014 - 01.001.01.031.0001.2001.449052000000** no valor de **R\$ 19.242,12** (dezenove mil duzentos e quarenta e dois reais e doze centavos), processo nº **181/2019**, para abertura de procedimento licitatório modalidade **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019**, para **AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTO.** Sem outro objetivo para o momento, subscrevo.

Atenciosamente.


Alceu Braga Botelho
contador





PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA-MT
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atenção à solicitação do Memorando nº 63/2019 da Comissão de Licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para garantir o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

- [X] – Ha recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(es) especificada(s) abaixo;
[] – Não há recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
[] – Despesas Extra-Orçamentárias;
[] – Há necessidade de abertura de credito suplementar ou especial.

1. DADOS DO PROCESSO DE COMPRA:

Número Processo / Ano: **181/2019**

Data do Processo: **06/06/2019**

Modalidade: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Objeto do Processo:

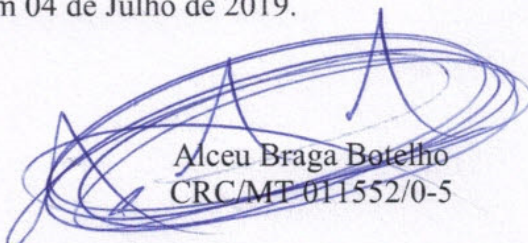
AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTO.

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Cód.Reduzido	Unid. Orçam.	Proj/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível	Valor Previsto
14	01.001	2001	4.4.90.52.000000	19.242,12	19.242,12

Neste termos, firmo o presente.

Alta Floresta-MT, em 04 de Julho de 2019.


Alceu Braga Botelho
CRC/MT 011552/0-5



MINUTA DE JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2018. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2018. PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MATO GROSSO

A Câmara Municipal de Alta Floresta-MT, possui a necessidade da AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS.

Versam os autos sobre procedimento para adesão, como "CARONA" na Ata de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Água Boa - MT n.º 183/2018, oriunda do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 023/2018, para futura AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS.

Foram efetuadas pesquisas de preço e junto a outros procedimentos licitatórios e empresas conforme pode-se verificar nos orçamentos anexos, os valores propostos encontram-se acima do valor registrado, sendo assim demonstrado que a aquisição através de adesão ao registro de preços da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, é vantajosa para a Administração, tendo em vista que na proposta registrada constam preços abaixo dos valores praticados no mercado, gerando economia para a instituição, diante disto justifica-se a Adesão ao Registro de Preços do citado órgão.

Justifica-se ainda que a adesão a Ata de Registro de Preços cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, uma vez que, com este procedimento, fator que propicia segurança de que o referido objeto atende a determinados requisitos de qualidade, e com um preço mais acessível em relação ao praticado pelo mercado, devidamente comprovado pela diferença entre o preço registrado e os orçados no mercado, conforme orçamentos apresentados e termo de referencia com balizamento de preços realizado.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA-MT, adotou todos os procedimentos legais para viabilizar a formalização do processo de adesão à respectiva Ata de Registro de Preços nº 183/018 do Pregão Eletrônico n.º 023/2018, tais como:

1. Prévia consulta ao órgão gerenciador;
2. Demonstração da vantagem dos preços praticados do órgão gerenciador;
3. Consulta ao prestador dos serviços;



4. Anuência do prestador dos serviços em executar os serviços objeto da ARP, ao preço ali constante, sem comprometer o quantitativo constante da Ata e que não prejudique as obrigações assumidas junto ao órgão gerenciador;

5. Justificativas das vantagens advindas da adesão,

6. Disponibilidade orçamentária;

7. Parecer Jurídico

Diante disso, com base nos Decretos Municipais nº 2.227/2006 e 3.723/2010, o modo escolhido para a aquisição da solução em questão foi a adesão à Ata de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, uma vez que este procedimento gerará economicidade e celeridade processual para a Câmara Municipal de Alta Floresta.

Alta Floresta, __ de julho de 2019.

EMERSON SAIS MACHADO
Vereador-Presidente





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2019

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 183/2018
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 023/2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT**

CONTRATO Nº. 003/2019.

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO QUE
ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, E
DE OUTRO LADO, A EMPRESA PSA
TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI
PARA A QUISIÇÃO DE
MICROCOMPUTADORES, NOS TERMOS DO
EDITAL DO PREGÃO Nº. 023/2018.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 15.359.482/0001-48 com sede administrativa a Avenida Colonizador Ariosto da Riva, nº. 2349, Centro, representado pelo Presidente I, Sr. EMERSON SAIS MACHADO, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 851653 SSP/MT e do CPF nº. 570.153.251.87, residente e domiciliado, na cidade de Água Boa MT, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.282.572/0001-71, localizada na(o) Rua Presidente Getulio Vargas, 1107, Centro, Guarapuava-PR neste ato representada pelo seu Administrador, Sr. PAULO SERGIO DE ANDRADE, portador da Carteira de Identidade nº.42400360, expedida pela SSP/PR, CPF nº 584.950.969-00, doravante denominada **CONTRATADA**, e de acordo com o constante no Processo nº. 098/2018, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 023/2018, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o disposto na Lei nº. 10.520/2002, na Lei nº. 8.666/1993, no Decreto nº. 2455/2013, nas demais legislações pertinentes, em suas alterações posteriores, ou em outros dispositivos legais que vierem a substituí-los, que as partes se sujeitam a cumprir, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

CALUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O presente Contrato tem por objeto a aquisição de microcomputadores para a Câmara Municipal de Alta Floresta-MT, conforme segue.





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL	MARCA
32904	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTERL CORE I5-6400 OU SIMILAR, HD 1 TB, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR DE 18,5, WINDOWS 10 PROFISSIONAL	UN - UNIDADE	6	2787,88	16.727,28	GP GOLD VERSAO BASIC

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE FORNECIMENTO.

2.1. A presente contratação decorreu do Processo Administrativo nº. 098/2018, na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 023/2018, sendo fundamentado e regido pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como pela Lei nº. 10.520/2002; como também faz parte integrante do processo e contrato à proposta de preços do licitante vencedor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1 - O valor global para o presente contrato referente a aquisição de Microcomputadores é de R\$ 16.727,28.

3.2 - O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

3.3 - As Notas Fiscais referentes ao pagamento dos produtos/materiais/equipamentos, referente a Câmara Municipal de Alta Floresta devem ser emitidas no **CNPJ: 15.359.482/0001-48**.

3.4 - Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes.

3.5 - O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA indicada na proposta, por meio de ordem bancária, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6 - Caso a CONTRATADA seja optante do Sistema Integrado de





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

3.7 - Os preços são fixos e irredutíveis.

3.8 - Ultrapassado o prazo previsto para pagamento, os valores apresentados para pagamento serão corrigidos monetariamente, *pro rata tempore*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE FORNECIMENTO.

4.1 - A forma de fornecimento será realizada através da emissão da ORDEM DE FORNECIMENTO, a qual definirá ser executado por até 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS.

5.1 - A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, após a ORDEM DE FORNECIMENTO, em até **30 (trinta)** dias o objeto dela constante;

5.2 - Os objetos constantes da Cláusula Primeira deste ajuste deverão ser entregues sem custos de frete a CONTRATANTE, devendo ser recebidos na Av. Colonizador Ariosto da Riva, 2349, Centro, na cidade de Alta Floresta-MT; e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do Art. 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.3 - Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição.

5.4 - Independente de qualquer declaração, o fornecedor responde solidariamente pelos vícios ou defeitos do produto, tendo em vista as regras emanadas do Art. 18 da Lei nº. 8.078/90.

5.5 - O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente em até 5 (Cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos serviços, no local e endereço indicados pela CONTRATANTE, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.

5.6 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

a.1) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

b.1) na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo imediato, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.7 - O recebimento do objeto dar-se-á imediatamente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações CONTRATADAS, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA.

6.1 - O prazo de fornecimento e de vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do presente, por 12 (doze) meses.

6.2 - Os prazos de fornecimento e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 57, da Lei nº. 8666/93.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

7.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento da Câmara Municipal, para o ano de 2.019, alocados na seguinte dotação orçamentária: **14.01.001.2001.4.4.90.52.000000**.

7.2 - Ao final de cada exercício, havendo saldo e prazo do contrato o mesmo poderá ter o saldo anulado e o saldo será reempenhado no exercício seguinte.

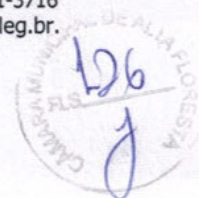
CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

8.1 - Não será cobrada garantia para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

9.1 - São direitos e responsabilidades da **CONTRATADA**:

- a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- b) Os serviços da melhor qualidade, que deverá atender as especificações e normas técnicas; e fornecer os serviços, objeto desta licitação de acordo com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência;
- c) Executar o serviço imediatamente contados a partir da emissão da Ordem de





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Serviço;

d)Providenciar a substituição imediata do serviço de que apresente inconsistência ou qualquer desacordo com o especificado no Termo de Referência, sem quaisquer ônus para o Município;

Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

e)Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação.

f)Responder, única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes do objeto, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato.

h)Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

II– São direitos e Obrigações da **CONTRATANTE**.

a)Supervisionar o serviço e se encarregar do aceite do objeto, as anotações e posterior comunicação de eventuais falhas nos mesmos;

b)Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, realizadas por cada Secretaria competente.

c)Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento.

d)Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

e)Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do serviço ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

f)Efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

g)modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; respeitados os direitos da CONTRATADA.

h)rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93.





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES CABIVÉIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

10.1 - O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

- a) de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia que excede o prazo final de entrega do objeto deste Contrato, até o trigésimo dia; e
- b) de 1% (um por cento) por dia de atraso, após o prazo da alínea anterior.

10.2 - As multas acima referidas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3- Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

I) **ADVERTÊNCIA** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e, a despeito delas, a regular prestação dos serviços não ficar inviabilizada;

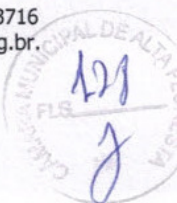
II) **MULTA MORATÓRIA** de 0,3% (zero vírgula três por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas até 30 (trinta) dias, e 1% (um por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, após 30 (trinta) dias;

III) **MULTA COMPENSATÓRIA** de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o valor total do Contrato, em razão da inexecução total ou parcial do ajuste firmado, podendo esse valor ser descontado de pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobrado administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente;

IV) **SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

V) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.4 - As sanções previstas nas alíneas I, II, IV e V do Item anterior poderão





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ser aplicadas juntamente com a da alínea III, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 87, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.5 - Outras penalidades poderão ser aplicadas em função da natureza da infração, de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

10.6 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- b) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa;
- e) cometer fraude fiscal; e
- f) falhar ou fraudar a execução do Contrato.

10.7 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.8 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

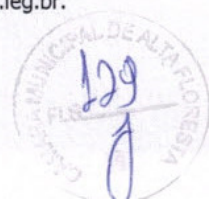
10.9 - A recusa sem motivo justificado do convocado em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido neste Instrumento, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NOS CASOS DE RESCISÃO

11.1 - Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das Partes, mediante notificação por escrito, garantido o contraditório e a ampla defesa pelo descumprimento de quaisquer Cláusulas ou condições que integram este Instrumento.

11.2 - Rescinde-se este Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

I - lentidão do seu cumprimento ou entrega de materiais com especificações diversas daquela constante da Proposta de Preços, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da execução no prazo e nas condições estipuladas; II - atraso injustificado da CONTRATADA





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

no início dos fornecimentos;

III- paralisação dos fornecimentos sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

IV - subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

V - ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada, impeditiva do cumprimento das obrigações assumidas;

VI - dissolução da sociedade da CONTRATADA ou falecimento do seu Titular, no caso de firma individual; e

VII - insolvência da CONTRATADA, caracterizada pelo protesto de títulos ou pela emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Exceto nos casos previstos nos incisos V e VI, desta Cláusula, a rescisão do Contrato acarretará para a CONTRATADA, além das penalidades cabíveis, as seguintes consequências:

a) responsabilidade civil por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes até a apuração e o ressarcimento de seus débitos para com a CONTRATANTE.

11.3 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

11.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

12.1 – Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Código Civil Brasileiro, em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do Direito.

12.2 - Integram este Instrumento contratual, independentemente de transcrição:

a) Pregão Eletrônico n.º 023/2018 e seus Anexos; e

b) Documentos de Habilitação e Proposta de Preços da CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

13.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORNECIMENTO.

14.1 – A fiscalização do fornecimento do objeto, será exercida por servidor credenciado por cada Secretaria competente, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

14.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

14.3 – Todas as ORDENS DE FORNECIMENTO, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

14.4 – Da(s) decisão(ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

15.1 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de QUANTIDADES ou especificações na execução dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

15.2 – A CONTRATADA somente poderá subcontratar a execução do objeto com a prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos serviços executados pela subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

15.3 – As prorrogações do prazo de execução do objeto serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

15.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes no Art. 65 da Lei nº. 8.666/93; sendo que, os quantitativos de fornecimento poderão sofrer alterações em virtude de acréscimos ou supressões, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o art. 65, §1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO.

16.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato.





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

16.2 – E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (Duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alta Floresta, _____ de julho de 2.019.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

CONTRATANTE

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:

Nome:

CPF nº.:

Assinatura:

Nome:

CPF nº.:





CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Estado de Mato Grosso



MEMORANDO N.º 068/2019.

Alta Floresta, em 08 de julho de 2019.

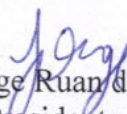
Do: Presidente da CPL

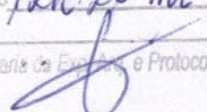
Para: Departamento Jurídico

Senhores,

Encaminho para este departamento o processo licitatório Adesão a Ata de Registro de Preços 001/2019, o qual se refere a aquisição de microcomputadores, para análise e parecer jurídico.

Sem mais, subscrevo o presente.


Jorge Ruan de Oliveira
Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL
Recebido 08/07/19
Horas 12h:26 min
Secretaria de Execução e Protocolo


Av. Ariosto da Riva, 2349 – Centro – CP 261 – CEP 78.580-000 – Alta Floresta-MT – Fone: (66) 3521-5030/5829 – Fax: 3521-3716





CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

Estado de Mato Grosso



JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2018. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2018. PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MATO GROSSO

A Câmara Municipal de Alta Floresta-MT, possui a necessidade da AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS.

Versam os autos sobre procedimento para adesão, como "CARONA" na Ata de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Água Boa - MT n.º 183/2018, oriunda do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 023/2018, para futura AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS.

Foram efetuadas pesquisas de preço e junto a outros procedimentos licitatórios e empresas conforme pode-se verificar nos orçamentos anexos, os valores propostos encontram-se acima do valor registrado, sendo assim demonstrado que a aquisição através de adesão ao registro de preços da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, é vantajosa para a Administração, tendo em vista que na proposta registrada constam preços abaixo dos valores praticados no mercado, gerando economia para a instituição, diante disto justifica-se a Adesão ao Registro de Preços do citado órgão.

Justifica-se ainda que a adesão a Ata de Registro de Preços cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, uma vez que, com este procedimento, fator que propicia segurança de que o referido objeto atende a determinados requisitos de qualidade, e com um preço mais acessível em relação ao praticado pelo mercado, devidamente comprovado pela diferença entre o preço registrado e os orçados no mercado, conforme orçamentos apresentados e termo de referencia com balizamento de preços realizado.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA-MT, adotou todos os procedimentos legais para viabilizar a formalização do processo de adesão à respectiva Ata de Registro de Preços nº 183/018 do Pregão Eletrônico n.º 023/2018, tais como:

1. Prévia consulta ao órgão gerenciador;
2. Demonstração da vantagem dos preços praticados do órgão gerenciador;
3. Consulta ao prestador dos serviços;



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA Estado de Mato Grosso



4. Anuência do prestador dos serviços em executar os serviços objeto da ARP, ao preço ali constante, sem comprometer o quantitativo constante da Ata e que não prejudique as obrigações assumidas junto ao órgão gerenciador;


5. Justificativas das vantagens advindas da adesão,

6. Disponibilidade orçamentária;

7. Parecer Jurídico

Diante disso, com base nos Decretos Municipais nº 2.227/2006 e 3.723/2010, o modo escolhido para a aquisição da solução em questão foi a adesão à Ata de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, uma vez que este procedimento gerará economicidade e celeridade processual para a Câmara Municipal de Alta Floresta.

Alta Floresta, 10 de julho de 2019.


EMERSON SAIS MACHADO
Vereador-Presidente



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 181/2019

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2018 (AGUA BOA - MT)

Origem: Departamento de Compras

ASSUNTO: “AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXARIFADO AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO DEPARTAMENTOS”.

PARECER JURÍDICO

Encaminha-nos a Comissão Permanente de Licitações, o processo administrativo nº 181/2019, cujo objeto é a aquisição DE COMPUTADORES, QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXARIFADO AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO DEPARTAMENTOS, através ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 e PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2018 (AGUA BOA - MT).

Assim, o presente parecer cuida do tema sistema de registro de preços, notadamente sobre os aderentes às atas posteriormente à sua licitação, os denominados "caronas", ganhando, tal demanda, relevante destaque dado o fato de, por força do contido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, competir às assessorias jurídicas aprovarem as minutas de edital e demais anexos decorrentes das licitações e contratações dos entes públicos. E o relatório.

Pois bem.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

Inicialmente cumpre reforçar que o instituto da adesão à ata de registro de preços se dá com a possibilidade de um órgão ou entidade que não participou do procedimento licitatório aderir à ata e adquirir os bens e serviços licitados por órgão diverso.

Cumpre ressaltar que o procedimento de adesão teve sua previsão inicialmente no artigo 8º do Decreto 3.931/01, que apesar de prever o “carona”, não regulava de maneira adequada a sua participação na ata nem impunha limites à adesão. Isso fez com que essa prática fosse alvo de críticas das mais diversas e culminou com a orientação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que este Decreto fosse revisto e alterado no que fosse necessário a regulamentação da prática.

Assim, em janeiro de 2013, foi aprovado um novo Decreto que revogava o anterior, trata-se do Decreto 7.892/13 que por sua vez regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Este novo Decreto continua fazendo previsão à figura do “carona”, no artigo 22, e agora o define como órgão não participante, dedica um capítulo inteiro para tratar do tema, regulando, assim, a maioria dos pontos controvertidos apontados pela doutrina e jurisprudência, senão vejamos:

“Art. 22 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.”

O atual Decreto regulamentador define o órgão não participante como aquele que **“NÃO TENDO PARTICIPADO DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS DA LICITAÇÃO, ATENDIDOS OS REQUISITOS DESTA NORMA, FAZ ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.”** (art. 2º, V, Decreto 7.892/13). Grifo e destaque nosso

De início, fica claro que o órgão não participante da ata deve demonstrar a vantagem de aderir à ata de outro órgão ao invés de realizar uma licitação própria.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

Além disso, o fornecedor beneficiário da ata deve concordar com a adesão de modo a não prejudicar as obrigações assumidas com os órgãos gerenciador e participantes da licitação.

Por fim, o órgão não participante, em regra, só poderá aderir à ata de registro de preços após a primeira aquisição ou contratação realizada por órgãos integrantes da ata, sendo que depois de autorizado pelo órgão gerenciador terá 90 dias para realizar a aquisição ou contratação do bem ou serviço, observado o prazo de vigência da ata.

Passo ao exame da questão.

Isso posto, é necessário, primeiramente, definir o Sistema de Registro de Preços, previsto pela Lei nº 8.666/93 e regulamentado pelo Decreto nº 7.892/13. Lei nº 8.666/93:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;
(...)

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

§4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

Decreto nº 7.892/13:

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública federal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços. Inegáveis são as vantagens dos registros de preços às aquisições da



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

Administração Pública, mormente o fato de que o planejamento é princípio da Administração Pública, expresso no inciso I do art. 6º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1.967, sendo, extremamente valorizado, como prática de sua concreção, que a Administração utilize, para suas contratações, o sistema de registro de preços.

Bem assim na Doutrina abalizada sobre as vantagens da adoção do sistema de registro de preços:

A existência do registro de preços não pode impor a realização de compras inadequadas. Por ocasião de cada contratação, o agente estatal deverá verificar se o produto e o preço constantes do registro são satisfatórios. Se não forem deverá realizar licitação específica. Se forem, realizará as aquisições sem maior burocracia (...) (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 3ª edição São Paulo- Saraiva, 2008, p. 417

O Próprio Tribunal de Contas da União incentiva o seu uso, a fim de combater o fracionamento das despesas:

Com o intuito de evitar o fracionamento de despesa, vedado pelo art. 23, § 2º da Lei nº 8.666/1993, utilizar-se, na aquisição de bens, do sistema de registro de preços de que tratam o inciso II. e §§ 1º e 4º do art. 15 da citada Lei, regulamentado pelo Decreto nº 2.743 de 21.8.1998. Decisão 472/1999 Plenário).

Também do Manual de Licitações e Contratos do TCU – 3ª edição assim retira-se recomendação:

“As compras, sempre que possível, deverão: -.atender ao princípio da padronização; - ser processadas através de sistema de registro de preços (...) Também a Advocacia-Geral da União reconhece uma das grandes vantagens da adoção do sistema de registro de preços, a saber, a dispensa de comprovação de dotação orçamentária por ocasião da



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

abertura de sua fase externa, senão, previamente à eventual assinatura do contrato administrativo decorrente da ata registrada”.

A propósito vejamos:

"NA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, A INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E EXIGIVEL APENAS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO." (Orientação Normativa ne 20, de 01 de abril de 2009).

Ocorre que, do procedimento licitatório que origina a futura ata de registro de preços, regras deverão ser observadas, como em qualquer certame de licitação, a saber do Decreto nº 7.892/13:

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

- I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;**
- II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;**
- III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;**
- IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;**
- V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;**
- VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;**



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

- VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;
- VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;
- IX - penalidades por descumprimento das condições;
- X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e
- XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômicofinanceira na habilitação do licitante.

Também, os princípios licitatórios, insculpidos no art. 3º da Lei nº 8 666/93 com a redação conferida pela Medida Provisória de nº 495, de 2010, decorrentes dos próprios princípios da Administração Pública Constantes do *caput* art. 37 da Constituição Federal, deverão ser observados no procedimento do sistema de registro de preços, a saber:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, de impessoalidade, da moralidade, da igualdade da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

Isso posto, o sistema de registro de preços deverá ser fomentado pela Administração Pública, a fim de aprimorar o planejamento na área de compras dos órgãos e entidades públicos.

Logo, no mérito do presente procedimento administrativo cumpre esclarecer que quanto à formalização, nota-se que foi devidamente autuado, protocolado e numerado, em sintonia com o disposto no art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

Pela descrição do objeto e pela justificativa apresentada para a aquisição de computadores, para tender as necessidades da Câmara Municipal, através ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 e PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2018 (AGUA BOA - MT), conclui-se que a pretendida licitação não assinala qualquer desvio de finalidade.

A modalidade escolhida foi o Pregão Eletrônico, prevista na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, com aplicação suplementar da Lei nº 8.666/93 com a finalidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 184/2018, onde observa-se o preenchimento dos requisitos imprescindíveis elencados no art. 3º, incisos I a IV, da Lei nº 10.520/02 c/c o art. 40, e respectivos incisos, da Lei nº 8.666/93.

Somando-se a isso, verifica-se que a licitação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços (regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/93), tal como assevera o art. 15, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

A utilização desse instituto interessa à Administração por garantir preços mais vantajosos ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, evita o fracionamento de despesa e permite a aquisição de bens e serviços de acordo com sua necessidade.

Em atenção às minutas do Contrato e da Ata de Registro de Preços, verifica-se que ambas atendem às exigências do art. 15, inc. II, §§ 1º ao 5º, e art. 55, e incisos, da Lei de Licitações e Contratos, estando presentes, nesses instrumentos, as cláusulas obrigatórias.

Do exame dos documentos já referenciados, denota-se que restam atendidas as exigências: da Lei nº 10.520/02 (Pregão), dos Decretos



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

Federais nº 5.450/05 (Regulamentação do Pregão Eletrônico) e nº 7.892/13 (Sistema de Registro de Preços) e da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Por todo o exposto, salientando que a análise consignada neste parecer se atém às questões jurídicas da instrução processual, nos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93, assim esta Secretaria Jurídica entende que o procedimento está em sintonia com o regramento legal pertinente, viabilizando a realização da ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2018 e PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2018 (AGUA BOA - MT), assim somos favoráveis a Homologação.

Encaminha-se ao setor competente para as devidas providencias.

S. M. J.

É o relatório e o Parecer.

Alta Floresta – MT, em 09 de julho de 2019.

Carlos Eduardo Marcatto Cirino

OAB/MT 7835

Secretária Jurídica

Samara C. Hammoud Costa

OAB/MT 6816

Secretária Jurídica



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
ESTADO DE MATO GROSSO**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - ADESÃO A ATA DE REGISTRO
DE PREÇOS Nº 184/2018 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2018 DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT**

**PROCESSO Nº 181/2019 - ADESÃO Nº001/2019
HOMOLOGAÇÃO**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 184/2018- PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT.

O Presidente da Câmara Municipal de ALTA FLORESTA – MT, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, resolve, **HOMOLOGAR** Adesão a Ata de Registro de Preços na condição “CARONA” que consiste o registro de preço **PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 184/2018- PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT**, e **ADJUDICAR** para a vencedora: PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI, CNPJ sob n.º 30.282.572/0001-71, com valor total de R\$ 16.727,28 (DEZESSEIS MIL SETESSENTOS E VINTE E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).

Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Alta Floresta - MT, 10 de julho de 2019.

EMESSON SAIS MACHADO

Ver. Presidente



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 8 N° 1669

Divulgação quinta-feira, 11 de julho de 2019

– Página 15

Publicação sexta-feira, 12 de julho de 2019

FISCALIZADOS

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO SA

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 011/2019/DESENVOLVE/MT

Vistos, etc. RECONHEÇO a Inexigibilidade de licitação, considerando a orientação exposta no Parecer Jurídico de fls. 34/37, consubstanciado na Lei n.º 13.303/2016 e art. 81 da Resolução n.º 022/2018, com os documentos habilitatórios devidamente instruídos.

CONTRATANTE: Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso – DESENVOLVE/MT

CONTRATADO: Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento

OBJETO: Inscrição para a participação no Curso Gestão Integrada de risco e Reunião Técnica realizado pela ABDE nos dias 11 e 12/06/2019 na cidade do Rio de Janeiro.

VALOR: O valor da contratação é de R\$ 2.033,00 (dois mil e trinta e três reais)

VIGÊNCIA: O presente terá vigência durante o curso.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos Próprios.
ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico a Inexigibilidade do certame licitatório em consonância com a justificativa apresentada, nos termos da Lei n.º 13.303/2016 e pela Resolução n.º 022/2018.

Cuiabá-MT, 27 de junho de 2019.

Levi Saliés Filho,
Diretor Presidente em substituição;
DESENVOLVE/MT.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 020/2019/DESENVOLVE/MT

Vistos, etc. RECONHEÇO a Dispensa de licitação, considerando a orientação exposta no Parecer Jurídico de fls. 110/113 consubstanciado na Lei n.º 13.303/2016 e na Resolução n.º 022/2018, com os documentos habilitatórios devidamente instruídos.

CONTRATANTE: Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso – DESENVOLVE/MT

CONTRATADO: UNIMED SAÚDE E ODONTO S.A.
CNPJ: N. 10.414.182/0001-09
PROCESSO N.º: 242610/2019

OBJETO: Contratação de plano odontológico coletivo conforme cláusula 17ª Assistência Odontológica do acordo coletivo.

VALOR: O valor da contratação é de \$ 22.492,80 (vinte dois mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente será vigência de 12 meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos Próprios.

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a Dispensa do certame licitatório em consonância com a justificativa apresentada, nos termos da Lei n.º 13.303/2016 e pela Resolução n.º 022/2018.

Cuiabá-MT, 05 de junho de 2019.

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE CUIABÁ - ARSEC

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 020/2019-PROCESSO

ADMINISTRATIVO: ARSEC/030/2019-OBJETO: A presente tem por objeto a inscrição de 08 (oito) servidores da ARSEC no XI Congresso Brasileiro de Regulação da ABAR, que acontecerá entre os dias 14 e 16 de Agosto de 2019, na cidade de Macaé/AL, visando adquirir conhecimentos para aplicação nesta Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cuiabá – ARSEC. Tendo a ARSEC contribuído com a Cota Extraordinária, instituída em Assembleia Geral Ordinária da ABAR, em anos de realização do Congresso, tem, em contrapartida, garantido 06 (seis) inscrições para o evento. **CONTRATANTE:** Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cuiabá – ARSEC. **CONTRATADO:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO – ABAR. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas com a prestação dos serviços ora pleiteados, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **UNIDADE GESTORA:** 02702 - **PROJETO ATIVIDADE:** 2003 - **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39 SUB ITEM: 22 - **FONTE:** 182/382. **VALOR:** O valor de cada inscrição é de R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais), totalizando no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), para as duas inscrições. **-DATA DO CONGRESSO:** Início dia 14/08/2019 e Finalização dia 16/08/2019. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O presente encontra-se amparado juridicamente pelo inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, em consonância com Parecer Jurídico ARSEC nº 032/2019. Cuiabá/MT, 10 de Julho de 2019. **Alexandro Adriano Lisandro de Oliveira-Diretor Regulador Ouvidor-Diretor Regulador Presidente-interino-ARSEC-RATIFICADO PELA DIRETRIA EXECUTIVA COLEGIADA:-Rosidelda Francisca Guimarães Santos-Diretora de Regulação e Fiscalização-ARSEC**

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA ESTADO DE MATO GROSSO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2018 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT

PROCESSO N.º 181/2019 - ADESÃO Nº 001/2019 HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 184/2018- PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT.

O Presidente da Câmara Municipal de ALTA FLORESTA – MT, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, resolve, **HOMOLOGAR** Adesão a Ata de Registro de Preços na condição “CARONA” que consiste o registro de preço **PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXAIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 184/2018- PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT, e ADJUDICAR** para a vencedora: **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI**, CNPJ sob n.º 30.282.572/0001-71, com valor total de R\$ 16.727,28 (DEZESSEIS MIL SETECENTOS E VINTE E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).

Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Alta Floresta - MT, 10 de julho de 2019.

EMESSON SAIS MACHADO
Ver. Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

LICITAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.005/2019

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de combustível posto na cidade de Barra do Garças, com atendimento 24 horas, não será aceito terceirização na entrega do produto. **Data:** 31/07/2019 - **Hora:** 09:00 hs. (nove horas-horário local de Barra do Garças/MT) – **Tipo de Licitação:** Tomada de Preço tipo menor preço por lote - **Regência Legal:** Lei n.8666/93 revisada e atualizada. - **Informações:** Câmara Municipal de Barra do Garças, Rua Mato Grosso, Centro, Barra do Garças/MT. Fone: 0XX.66.3401-2484.

Barra do Garças – MT, 10 de Julho de 2019.

Jessika Faustina Frades/
Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 008/2019, de 10 de junho de 2019.

“Dispõe sobre a aprovação das Contas de Governo do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT, referente ao exercício financeiro de 2017”.

A Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, que lhe conferi o art. 44 da Lei Orgânica Municipal e art. 17 do Regimento Interno da Câmara Municipal, FAZ SABER que por deliberação do Plenário da Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 07 de junho de 2019, **APROVOU e ele promulga o seguinte**

DECRETO LEGISLATIVO

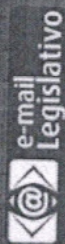
Art. 1º. FICA APROVADA as Contas de Governo do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia – MT, referente ao exercício financeiro de 2017, sob a responsabilidade do Prefeito JOEL FERREIRA, nos termos do art. 302 da Lei Orgânica Municipal, prevalecendo sobre o Parecer Prévio Contrário do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Pesquisar	
<input type="checkbox"/>	paulo sisterpel Contrato 003-2019 Para Assinatura há 7 minutos
<input type="checkbox"/>	aplic@altafloresta.mt.leg.br Ata Cotriguacu 5 jul
<input type="checkbox"/>	aplic@altafloresta.mt.leg.br Ata Agua Boa 5 jul
<input type="checkbox"/>	aplic@altafloresta.mt.leg.br Fwd: Re: Adesão a Ata - Câmara Municipal de Alta Floresta 5 jul
<input type="checkbox"/>	compras@altafloresta.mt.leg.br Fwd: Re: Documentação 4 jul
<input type="checkbox"/>	aplic@altafloresta.mt.leg.br Fwd: Re: Documentação 4 jul
<input type="checkbox"/>	compras@altafloresta.mt.leg.br Solicitação Bateria No-break Servidor 4 jul
<input type="checkbox"/>	aplic@altafloresta.mt.leg.br Fwd: RES: Pedido de Adesão a Ata - Câmara Municipi... 4 jul
<input type="checkbox"/>	compras@altafloresta.mt.leg.br Solicitação de Compra - Hospedagem em Nuvem 4 jul
<input type="checkbox"/>	Pregão - Prefeitura Municipal de Agua Boa-MT, licitac... Da DES: DES: Pedido de Adesão a Ata - Câmara Municipi... 4 jul

46%

12345

○ Digite aqui para pesquisar



informatica@altafloresta.mt.le...

Contrato 003-2019 Para Assinatura

Jorge Ruan (10 de julho de 2019 09:09)

Para: "paulo sisterpel" <paulosisterpel@hotmail.com>

pdf
CONTRATO 003-...
23.4MB

Boa tarde!

Segue o contrato para ser lido e assinado por vocês.

Solicito que seja impresso em alta resolução, rubricado as folhas e assinada a última.

Após, solicito que seja escaneado em Alta Resolução e enviado de volta.

Atenciosamente,

Jorge Ruan de Oliveira

(66) 3521-5030 (66) 99653-5633



Pense bem antes de imprimir esta mensagem, o meio ambiente agradece!

Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela

09:17

10/07/2019





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA



TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 003/2019.

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 183/2018
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 023/2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI PARA A QUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, NOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO Nº. 023/2018.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 15.359.482/0001-48 com sede administrativa a Avenida Colonizador Ariosto da Riva, nº. 2349, Centro, representado pelo Presidente I, Sr. **EMERSON SAIS MACHADO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 851653 SSP/MT e do CPF nº. 570.153.251.87, residente e domiciliado, na cidade de Água Boa MT, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.282.572/0001-71, localizada na(o) Rua Presidente Getulio Vargas, 1107, Centro, Guarapuava-PR neste ato representada pelo seu Administrador, Sr. **PAULO SERGIO DE ANDRADE**, portador da Carteira de Identidade nº.42400360, expedida pela SSP/PR, CPF nº 584.950.969-00, doravante denominada **CONTRATADA**, e de acordo com o constante no Processo nº. 098/2018, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 023/2018, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o disposto na Lei nº. 10.520/2002, na Lei nº. 8.666/1993, no Decreto nº. 2455/2013, nas demais legislações pertinentes, em suas alterações posteriores, ou em outros dispositivos

[Handwritten signatures and initials]



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

legais que vierem a substituí-los, que as partes se sujeitam a cumprir, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

CALUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O presente Contrato tem por objeto a aquisição de microcomputadores para a Câmara Municipal de Alta Floresta-MT, conforme segue.

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR R\$	TOTAL R\$	MARCA
32904	MICOCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTERL CORE I5-6400 OU SIMILAR, HD 1 TB, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR DE 18,5, WINDOWS 10 PROFISSIONAL	UN - UNIDADE	6	2787,88	16.727,28	GP GOLD VERSAO BASIC

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE FORNECIMENTO.

2.1. A presente contratação decorreu do Processo Administrativo nº. 098/2018, na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 023/2018, sendo fundamentado e regido pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como pela Lei nº. 10.520/2002; como também faz parte integrante do processo e contrato à proposta de preços do licitante vencedor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1 - O valor global para o presente contrato referente a aquisição de Microcomputadores é de R\$ 16.727,28.

3.2 - O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor não sendo, em nenhuma

[Handwritten signatures and initials]



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA



hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

3.3 - As Notas Fiscais referentes ao pagamento dos produtos/materiais/equipamentos, referente a Câmara Municipal de Alta Floresta devem ser emitidas no **CNPJ: 15.359.482/0001-48**.

3.4 - Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes.

3.5 - O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA indicada na proposta, por meio de ordem bancária, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6 - Caso a CONTRATADA seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

3.7 - Os preços são fixos e irredutíveis.

3.8 - Ultrapassado o prazo previsto para pagamento, os valores apresentados para pagamento serão corrigidos monetariamente, *pro rata tempore*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE FORNECIMENTO.

4.1 - A forma de fornecimento será realizada através da emissão da ORDEM DE FORNECIMENTO, a qual definirá ser executado por até 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS.

5.1 - A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, após a ORDEM DE FORNECIMENTO, em até **30 (trinta)** dias o objeto dela constante;

5.2 - Os objetos constantes da Cláusula Primeira deste ajuste deverão ser entregues sem custos de frete a CONTRATANTE, devendo ser recebidos na Av. Colonizador Ariosto da Riva, 2349, Centro, na cidade de Alta Floresta-MT; e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do Art. 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.3 - Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição.

5.4 - Independente de qualquer declaração, o fornecedor responde

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

solidariamente pelos vícios ou defeitos do produto, tendo em vista as regras emanadas do Art. 18 da Lei nº. 8.078/90.

5.5 - O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente em até 5 (Cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos serviços, no local e endereço indicados pela CONTRATANTE, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.

5.6 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o
CONTRATANTE

poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

a.1) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

b.1) na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo imediato, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.7 - O recebimento do objeto dar-se-á imediatamente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações CONTRATADAS, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA.

6.1 - O prazo de fornecimento e de vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do presente, por 12 (doze) meses.

6.2 - Os prazos de fornecimento e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 57, da Lei nº. 8666/93.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

7.1 – Todas as despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento da Câmara Municipal, para o ano de 2.019, alocados na seguinte dotação orçamentária: **14.01.001.2001.4.4.90.52.000000.**

7.2 – Ao final de cada exercício, havendo saldo e prazo do contrato o mesmo poderá ter o saldo anulado e o saldo será reempenhado no exercício seguinte.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

8.1 – Não será cobrada garantia para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

9.1 – São direitos e responsabilidades da **CONTRATADA**:

- a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- b) Os serviços da melhor qualidade, que deverá atender as especificações e normas técnicas; e fornecer os serviços, objeto desta licitação de acordo com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência;
- c) Executar o serviço imediatamente contados a partir da emissão da Ordem de Serviço;
- d) Providenciar a substituição imediata do serviço de que apresente inconsistência ou qualquer desacordo com o especificado no Termo de Referência, sem quaisquer ônus para o Município;

Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

e) Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação.

f) Responder, única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes do objeto, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e

responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

h) Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

II– São direitos e Obrigações da CONTRATANTE.

- a) Supervisionar o serviço e se encarregar do aceite do objeto, as anotações e posterior comunicação de eventuais falhas nos mesmos;
- b) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, realizadas por cada Secretaria competente.
- c) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento.
- d) Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.
- e) Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do serviço ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.
- f) Efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.
- g) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; respeitados os direitos da CONTRATADA.
- h) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES CABIVÉIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

10.1 - O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

- a) de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia que excede o prazo final de entrega do objeto deste Contrato, até o trigésimo dia; e
- b) de 1% (um por cento) por dia de atraso, após o prazo da alínea anterior.

10.2 - As multas acima referidas serão descontadas dos pagamentos

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

eventualmente devidos pela Administração, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3- Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

I) **ADVERTÊNCIA** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e, a despeito delas, a regular prestação dos serviços não ficar inviabilizada;

II) **MULTA MORATÓRIA** de 0,3% (zero vírgula três por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas até 30 (trinta) dias, e 1% (um por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, após 30 (trinta) dias;

III) **MULTA COMPENSATÓRIA** de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o valor total do Contrato, em razão da inexecução total ou parcial do ajuste firmado, podendo esse valor ser descontado de pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobrado administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente;

IV) **SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

V) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.4 - As sanções previstas nas alíneas I, II, IV e V do Item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea III, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 87, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.5 - Outras penalidades poderão ser aplicadas em função da



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

natureza da infração, de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

10.6 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- b) não manter a proposta, injustificadamente;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fazer declaração falsa;
- e) cometer fraude fiscal; e
- f) falhar ou fraudar a execução do Contrato.

10.7 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.8 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.9 - A recusa sem motivo justificado do convocado em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido neste Instrumento, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NOS CASOS DE RESCISÃO

11.1 - Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das Partes, mediante notificação por escrito, garantido o contraditório e a ampla defesa pelo descumprimento de quaisquer Cláusulas ou condições que integram este Instrumento.

11.2 - Rescinde-se este Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

I - lentidão do seu cumprimento ou entrega de materiais com especificações diversas daquela constante da Proposta de Preços, levando a CONTRATANTE a comprovar a



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

impossibilidade da execução no prazo e nas condições estipuladas; II - atraso injustificado da CONTRATADA no início dos fornecimentos;

III- paralisação dos fornecimentos sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE; IV - subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

V - ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada, impeditiva do cumprimento das obrigações assumidas;

VI - dissolução da sociedade da CONTRATADA ou falecimento do seu Titular, no caso de firma individual; e

VII - insolvência da CONTRATADA, caracterizada pelo protesto de títulos ou pela emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Exceto nos casos previstos nos incisos V e VI, desta Cláusula, a rescisão do Contrato acarretará para a CONTRATADA, além das penalidades cabíveis, as seguintes consequências:

- a) responsabilidade civil por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos existentes até a apuração e o ressarcimento de seus débitos para com a CONTRATANTE.

11.3 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

11.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

12.1 – Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Código Civil Brasileiro, em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do Direito.

12.2 - Integram este Instrumento contratual, independentemente de transcrição:

- a) Pregão Eletrônico n.º 023/2018 e seus Anexos; e
- b) Documentos de Habilitação e Proposta de Preços da CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

13.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORNECIMENTO.

14.1 – A fiscalização do fornecimento do objeto, será exercida por servidor credenciado por cada Secretaria competente, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

14.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

14.3 – Todas as ORDENS DE FORNECIMENTO, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

14.4 – Da(s) decisão(ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

15.1 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de QUANTIDADES ou especificações na execução dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

15.2 – A CONTRATADA somente poderá subcontratar a execução do objeto com a prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos serviços executados pela subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

15.3 – As prorrogações do prazo de execução do objeto serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

15.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes no Art. 65 da Lei nº. 8.666/93; sendo que, os quantitativos de fornecimento poderão sofrer alterações em virtude de acréscimos ou supressões, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o art. 65, §1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO.

16.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato.

16.2 – E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (Duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alta Floresta 11 de julho de 2.019.


CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
CONTRATANTE

PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO – EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:

Nome: JORGE RUAN DE OLIVEIRA

CPF nº.: 043.493.831-90

Assinatura:

Nome: SALETE SCHUMANN

CPF nº.: 821.510.321-91



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 003/2019.

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 183/2018
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 023/2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI PARA A AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, NOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO Nº. 023/2018.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 15.359.482/0001-48 com sede administrativa a Avenida Colonizador Ariosto da Riva, nº. 2349, Centro, representado pelo Presidente I, Sr. **EMERSON SAIS MACHADO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 851653 SSP/MT e do CPF nº. 570.153.251.87, residente e domiciliado, na cidade de Água Boa MT, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.282.572/0001-71, localizada na(o) Rua Presidente Getulio Vargas, 1107, Centro, Guarapuava-PR neste ato representada pelo seu Administrador, Sr. **PAULO SERGIO DE ANDRADE**, portador da Carteira de Identidade nº.42400360, expedida pela SSP/PR, CPF nº 584.950.969-00, doravante denominada **CONTRATADA**, e de acordo com o constante no Processo nº. 098/2018, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 023/2018, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o disposto na Lei nº. 10.520/2002, na Lei nº. 8.666/1993, no Decreto nº. 2455/2013, nas demais legislações pertinentes, em suas alterações posteriores, ou em outros dispositivos



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

legais que vierem a substituí-los, que as partes se sujeitam a cumprir, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

CALUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de microcomputadores para a Câmara Municipal de Alta Floresta-MT, conforme segue.

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR R\$	TOTAL R\$	MARCA
32904	MICOCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTERL CORE I5-6400 OU SIMILAR, HD 1 TB, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR DE 18,5, WINDOWS 10 PROFISSIONAL	UN - UNIDADE	6	2787,88	16.727,28	GP GOLD VERSAO BASIC

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE FORNECIMENTO.

2.1. A presente contratação decorreu do Processo Administrativo nº. 098/2018, na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 023/2018, sendo fundamentado e regido pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como pela Lei nº. 10.520/2002; como também faz parte integrante do processo e contrato à proposta de preços do licitante vencedor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1 - O valor global para o presente contrato referente a aquisição de Microcomputadores é de R\$ 16.727,28.

3.2 - O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor não sendo, em nenhuma



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

3.3 - As Notas Fiscais referentes ao pagamento dos produtos/materiais/equipamentos, referente a Câmara Municipal de Alta Floresta devem ser emitidas no CNPJ: 15.359.482/0001-48.

3.4 - Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes.

3.5 - O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA indicada na proposta, por meio de ordem bancária, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.6 - Caso a CONTRATADA seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

3.7 - Os preços são fixos e irrevogáveis.

3.8 - Ultrapassado o prazo previsto para pagamento, os valores apresentados para pagamento serão corrigidos monetariamente, *pro rata tempore*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE FORNECIMENTO.

4.1 - A forma de fornecimento será realizada através da emissão da ORDEM DE FORNECIMENTO, a qual definirá ser executado por até 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS.

5.1 - A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, após a ORDEM DE FORNECIMENTO, em até 30 (trinta) dias o objeto dela constante;

5.2 - Os objetos constantes da Cláusula Primeira deste ajuste deverão ser entregues sem custos de frete a CONTRATANTE, devendo ser recebidos na Av. Colonizador Ariosto da Riva, 2349, Centro, na cidade de Alta Floresta-MT; e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do Art. 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.3 - Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição.

5.4 - Independente de qualquer declaração, o fornecedor responde

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

solidariamente pelos vícios ou defeitos do produto, tendo em vista as regras emanadas do Art. 18 da Lei nº. 8.078/90.

5.5 - O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente em até 5 (Cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos serviços, no local e endereço indicados pela CONTRATANTE, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.

5.6 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o
CONTRATANTE

poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

a.1) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

b.1) na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo imediato, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.7 - O recebimento do objeto dar-se-á imediatamente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações CONTRATADAS, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA.

6.1 - O prazo de fornecimento e de vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do presente, por 12 (doze) meses.

6.2 - Os prazos de fornecimento e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 57, da Lei nº. 8666/93.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

7.1 – Todas as despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento da Câmara Municipal, para o ano de 2.019, alocados na seguinte dotação orçamentária: 14.01.001.2001.4.4.90.52.000000.

7.2 – Ao final de cada exercício, havendo saldo e prazo do contrato o mesmo poderá ter o saldo anulado e o saldo será reempenhado no exercício seguinte.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

8.1 – Não será cobrada garantia para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

9.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- b) Os serviços da melhor qualidade, que deverá atender as especificações e normas técnicas; e fornecer os serviços, objeto desta licitação de acordo com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência;
- c) Executar o serviço imediatamente contados a partir da emissão da Ordem de Serviço;
- d) Providenciar a substituição imediata do serviço de que apresente inconsistência ou qualquer desacordo com o especificado no Termo de Referência, sem quaisquer ônus para o Município;

Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

e) Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação.

f) Responder, única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes do objeto, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e

responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

h) Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

II- São direitos e Obrigações da CONTRATANTE.

- a) Supervisionar o serviço e se encarregar do aceite do objeto, as anotações e posterior comunicação de eventuais falhas nos mesmos;
- b) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, realizadas por cada Secretaria competente.
- c) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento.
- d) Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.
- e) Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do serviço ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.
- f) Efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.
- g) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; respeitados os direitos da CONTRATADA.
- h) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES CABIVÉIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

10.1 - O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

- a) de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia que excede o prazo final de entrega do objeto deste Contrato, até o trigésimo dia; e
- b) de 1% (um por cento) por dia de atraso, após o prazo da alínea anterior.

10.2 - As multas acima referidas serão descontadas dos pagamentos

[Handwritten signature and initials]



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

eventualmente devidos pela Administração, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3- Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

I) **ADVERTÊNCIA** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e, a despeito delas, a regular prestação dos serviços não ficar inviabilizada;

II) **MULTA MORATÓRIA** de 0,3% (zero vírgula três por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas até 30 (trinta) dias, e 1% (um por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, após 30 (trinta) dias;

III) **MULTA COMPENSATÓRIA** de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o valor total do Contrato, em razão da inexecução total ou parcial do ajuste firmado, podendo esse valor ser descontado de pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobrado administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente;

IV) **SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

V) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.4 - As sanções previstas nas alíneas I, II, IV e V do Item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea III, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 87, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.5 - Outras penalidades poderão ser aplicadas em função da

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

natureza da infração, de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

10.6 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- b) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa;
- e) cometer fraude fiscal; e
- f) falhar ou fraudar a execução do Contrato.

10.7 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.8 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.9 - A recusa sem motivo justificado do convocado em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido neste Instrumento, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NOS CASOS DE RESCISÃO

11.1 - Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das Partes, mediante notificação por escrito, garantido o contraditório e a ampla defesa pelo descumprimento de quaisquer Cláusulas ou condições que integram este Instrumento.

11.2 - Rescinde-se este Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

I - lentidão do seu cumprimento ou entrega de materiais com especificações diversas daquela constante da Proposta de Preços, levando a CONTRATANTE a comprovar a

[Handwritten signature and initials]



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

impossibilidade da execução no prazo e nas condições estipuladas; II - atraso injustificado da CONTRATADA no início dos fornecimentos;

III - paralisação dos fornecimentos sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE; IV - subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

V - ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada, impeditiva do cumprimento das obrigações assumidas;

VI - dissolução da sociedade da CONTRATADA ou falecimento do seu Titular, no caso de firma individual; e

VII - insolvência da CONTRATADA, caracterizada pelo protesto de títulos ou pela emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Exceto nos casos previstos nos incisos V e VI, desta Cláusula, a rescisão do Contrato acarretará para a CONTRATADA, além das penalidades cabíveis, as seguintes consequências:

- a) responsabilidade civil por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos existentes até a apuração e o ressarcimento de seus débitos para com a CONTRATANTE.

11.3 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

11.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

12.1 – Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Código Civil Brasileiro, em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do Direito.

12.2 - Integram este Instrumento contratual, independentemente de transcrição:

- a) Pregão Eletrônico n.º 023/2018 e seus Anexos; e
- b) Documentos de Habilitação e Proposta de Preços da CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

13.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as

[Handwritten signature and initials]



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORNECIMENTO.

14.1 – A fiscalização do fornecimento do objeto, será exercida por servidor credenciado por cada Secretaria competente, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

14.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

14.3 – Todas as ORDENS DE FORNECIMENTO, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

14.4 – Da(s) decisão(ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

15.1 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de QUANTIDADES ou especificações na execução dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

15.2 – A CONTRATADA somente poderá subcontratar a execução do objeto com a prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos serviços executados pela subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

15.3 – As prorrogações do prazo de execução do objeto serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

15.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes no Art. 65 da Lei nº. 8.666/93; sendo que, os quantitativos de fornecimento poderão sofrer alterações em virtude de acréscimos ou supressões, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o art. 65, §1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

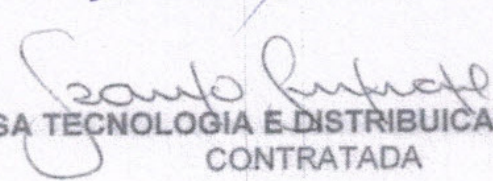
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO.

16.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato.

16.2 – E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (Duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

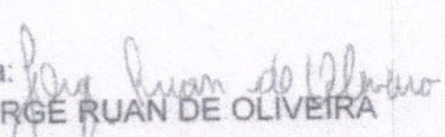
Alta Floresta 11 de julho de 2.019.


CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
CONTRATANTE


PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO – EIRELI
CONTRATADA

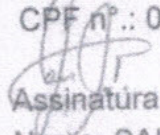
TESTEMUNHAS:

Assinatura:


Nome: JORGE RUAN DE OLIVEIRA

CPF nº.: 043.493.831-90

Assinatura:


Nome: SALETE SCHUMANN

CPF nº.: 821.510.321-91





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ORDEM DE SERVIÇO(S)

REF. DESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 183/2018 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 023/2018. - PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT

Nos termos da Ata de registro de preço nº. 023/2018 e do contrato nº 003/2019, assinada pelo Sr. EMERSON SAIS MACHADO, presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta - MT e pelo Sr. Paulo Sergio De Andrade, representante da PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.282.572/0001-71, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXARIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 184/2018 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT.. SOLICITO E AUTORIZO o fornecimento dos equipamentos abaixo.

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR R\$	TOTAL R\$	MARCA
32904	MICOCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTERL CORE I5-6400 OU SIMILAR, HD 1 TB, MEMORIA 8GB DDR4, COM MONITOR DE 18,5, WINDOWS 10 PROFISSIONAL	UN - UNIDADE	6	2.787,88	16.727,28	GP GOLD VERSAO BASIC

Local: Câmara Municipal localizado na Av. Ariosto da Riva nº. 2349, Centro CEP: 78580-000. No valor de TOTAL R\$ 16.727,28 (dezesesseis mil setecentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos .), conforme proposta de preço vencedora apresentada pela empresa.

Alta Floresta - MT, em 15 de julho de 2019.

Contratante - Câmara Municipal de Alta Floresta - MT

Emerson Sais Machado
Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA-MT
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO**

A Câmara Municipal de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, em cumprimento do dispositivo contido no parágrafo único, do Art. 61, da Lei 8.666/93, faz a publicação resumida do extrato do seguinte contrato.

Contrato nº 003/2019

Data: 11/07/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Alta Floresta - CNPJ: 15.359.482/0001-48

CONTRATADA: PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO - EIRELI,


CNPJ/CPF: nº. 30.282.572/0001-71, com sede no município de Guarapuava-PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES QUE SERÃO UTILIZADOS NOS DEPARTAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, OUVIDORIA, APLIC E ALMOXARIFADO, AFIM DE MELHORAR E OTIMIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS DEPARTAMENTOS, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 184/2018 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

VALOR GLOBAL: R\$ 16.727,28 (DEZESSEIS MIL SETECENTOS E VINTE E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)

Alta Floresta, 15 de Julho de 2019
Emerson Sais Machado - Presidente





ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
CNPJ: 15.359.482/0001-48
AV ARIOSTO DA RIVA, Nº 2349 - CENTRO - CEP 78.580-000
Telefone: (66)3521-5030

NOTA DE EMPENHO Nº.: 363/2019

Tipo do Empenho: 2 - Global
Data de Contabilização: 15/07/2019
Competência: 07/2019

DESTINO DOS RECURSOS

Compl. ao Empenho:	0000000000	Licitação:		Adiantamento:	Não
Pré-Empenho:	0000000000	Contrato:	Obra:	Subvenção Social:	
Processo:	0000000000	Convênio:		Dívida Fundada:	
Apenso:					

ORIGEM DOS RECURSOS

Recursos Orçamentários:	Crédito Orçamentário ou Suplementar
Dotação:	0014 - 01.001.01.031.0001.2001-4.4.90.52.00.00
Órgão:	01 - CAMARA MUNICIPAL
Unidade Orçamentária:	001 - CAMARA MUNICIPAL
Função de Governo:	01 - LEGISLATIVA
Subfunção de Governo:	031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa:	0001 - AÇÃO DO LEGISLATIVO
Projeto/Atividade (Ação):	2.001 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO LEGISLATIVO
Elemento de Despesa:	4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Subelemento:	35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
Natureza do Bem:	3 - COMPUTADORES E PERIFÉRICOS
Fonte de Recursos:	1000000000 - Recursos Ordinários
Tipo de Despesa:	03.003 - MICROCOMPUTADOR

FAVORECIDO

Credor:	1224 - PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO - EIRELI	CNPJ:	30.282.572/0001-71
Endereço:	RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, nº 1107 - CENTRO	Insc. Estadual:	90779210-25
Cidade:	GUARAPUAVA	Insc. Municipal:	
Nº. Banco:	Nº. Agência:	Nº. Conta:	Telefone:
			(29)8431-4332

Especificação da Despesa: VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISIÇÃO DE 06 UNIDADES DE MICROCOMPUTADORES COM PROCESSADOR INTERL CORE 15-6400 OU SIMILAR, HD 1 TB, MEMÓRIA 8GB DDR4, COM MONITOR DE 18,5, WINDOWS 10 PROFISSIONAL VALOR UNITÁRIO DE 2.787,88, TOTAL DE 16.727,28.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Saldo Anterior da Dotação:	40.583,94	Valor Empenhado:	16.727,28	Saldo Atual da Dotação:	23.856,66
----------------------------	-----------	------------------	-----------	-------------------------	-----------

Valor por extenso: DEZESSEIS MIL, SETECENTOS E VINTE E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS

CONTABILIZAÇÃO DA DESPESA

A despesa foi empenhada pela importância de R\$ 16.727,28 conforme comprovantes.

ALT, ALTA FLORESTA - MT, 15 de julho de 2019.

ALCEU BRAGA BOTELHO

Contador

CRC - MT011552/O-5

MARCOS ROBERTO MENIN

1º Secretário

EMERSON SAIS MACHADO

Presidente